



**DADOS DO TRABALHO**

**CÓDIGO DE IDENTIFICAÇÃO: 583**

**TÍTULO**

Portal de Informações da Dívida - Racionalização de Processos, Eficiência e Transparência da Gestão da Dívida Pública Fundada Estadual

**ÓRGÃO/ENTIDADE EXECUTOR(A)**

Secretaria de Estado de Fazenda

**CATEGORIA**

Iniciativas Implementadas de Sucesso

**MODALIDADE**

Inovação em Processos

**ÁREA TEMÁTICA**

INOVAÇÃO EM PROCESSOS ORGANIZACIONAIS DE SUPORTE

**PÚBLICO ALVO**

A iniciativa afeta o Tesouro Estadual, que tem por finalidade estabelecer a política financeira do Estado, exercer o controle e o acompanhamento do gasto público, dos recursos financeiros e do endividamento público estadual, promovendo a aplicação da política de gestão de riscos fiscais.

Afeta os bancos credores de operações de crédito e agências de avaliação de riscos, que demandam informações para análise do perfil de endividamento do Estado e de sua capacidade de pagamento de dívidas.

Afeta a imprensa, que demanda, regularmente, informações da dívida. Destaca-se a redução significativa de



solicitações após a publicação do Portal. Atualmente, as demandas estão relacionadas à elucidações pontuais acerca das informações publicadas.

E afeta a sociedade em geral, promovendo a desmistificação do tema dívida pública, especialmente no momento em que o endividamento dos estados brasileiros ganha ampla repercussão, em função da crise financeira e da renegociação da dívida com a União.

## **RESUMO**

O endividamento público é fundamental na consecução tempestiva de ações governamentais, contribuindo para a manutenção dos serviços prestados à sociedade. O investimento na capacidade de gerenciamento da dívida é determinante para assegurar o equilíbrio fiscal do Estado e a solidez das políticas públicas. A iniciativa apresentada, que resultou na criação do Portal de Informações da Dívida, visou contribuir para o aperfeiçoamento da governança da dívida pública fundada estadual, promovendo a transparência ativa das informações relacionadas ao endividamento e a racionalização de práticas administrativas e aperfeiçoamento de controles internos no âmbito do Tesouro Estadual. O Portal de Informações da Dívida foi implementado em 2014 e está disponível ao acesso público no Portal da Transparência do Estado de Minas Gerais, através do endereço <http://www.transparencia.mg.gov.br/divida-publica/gestao-da-divida>.

## **PALAVRAS-CHAVE**

Dívida Pública Racionalização Eficiência Transparência

## **CARACTERIZAÇÃO DA SITUAÇÃO ANTERIOR**

Em 2014, iniciou-se processo visando a unificação e reestruturação da base de dados primários e dos controles gerenciais internos referentes à execução orçamentária e financeira dos contratos de empréstimo firmados pelo Estado.

A multiplicidade de bases de dados existentes gerava retrabalho, morosidade e imprecisão na produção de informações. E, a falta de integração entre os controles potencializava os riscos no gerenciamento da carteira de contratos da dívida, comprometendo a integridade dos dados e o processo de identificação de estratégias de contratação, renegociação e reestruturação de dívidas mais vantajosas ao Estado.

Considerados o volume de dados intrínsecos ao negócio e o montante financeiro da dívida fundada, cujo estoque ultrapassa os R\$ 100 bilhões (vide estoque da dívida no Anexo VI - valores de referência de maio/2017), com impacto significativo no orçamento, diante de um serviço projetado para 2017 em torno de R\$ 4,4 bilhões (vide projeções do serviço da dívida no Anexo X - valores de referência de maio/2017), torna-se evidente a necessidade de empreender ações no sentido de mitigar riscos operacionais e assegurar a sustentabilidade da carteira de contratos de empréstimos a médio e longo prazos.

Neste cenário, a publicidade das informações da dívida estava restrito ao atendimento pontual de demandas internas e externas, por muitas vezes realizado de forma intempestiva, e aos relatórios contábeis: (i) Relatório Resumido da Execução Orçamentária ? RREO (bimestral); e (ii) Relatório de Gestão Fiscal ? RGF (quadrimestral), onde eram



publicados apenas o estoque e as despesas da dívida, consolidados.

Foi percebido, ainda, em relação ao atendimento de demandas externas, um aumento do número de solicitações de informações da dívida, especialmente através do e-SIC, o Sistema Eletrônico do Serviço de Informação ao Cidadão, disponibilizado no Portal da Transparência, que permite que qualquer pessoa, física ou jurídica, encaminhe pedidos de acesso a informação para órgãos e entidades do Poder Executivo Estadual.

A estrutura dos controles existentes resultava na ineficiência no atendimento às demandas de informações dos stakeholders. Situação que se agravava diante do volume crescente das solicitações externas, via e-SIC.

O Portal de Informações da Dívida foi concebido como ferramenta facilitadora do processo de gestão e como alternativa à necessidade iminente de investimento em recursos humanos.

## **OBJETIVOS DA INICIATIVA**

O objetivo geral é a otimização dos processos de gestão da dívida, por meio de ações eficientes e transparentes, visando o atendimento satisfatório das demandas relativas ao negócio: gerir de forma sustentável a dívida pública fundada estadual, contribuindo para assegurar a consecução tempestiva de projetos e ações governamentais, o equilíbrio orçamentário das contas públicas e a regularidade fiscal do Estado.

Neste sentido, foram traçados os seguintes objetivos específicos, com foco na racionalização e aperfeiçoamento das atividades inerentes ao processo de contratação de operações de crédito e à administração da dívida pública estadual:

- Planejamento e Gestão Orçamentária e Financeira: unificar a base de dados da dívida, integrar e sistematizar o acompanhamento e controle da execução dos contratos vigentes e das operações de crédito em fase de contratação;
- Simplificação de Processos de Trabalho e Transparência: desenvolver um portal visando dar publicidade às informações da dívida, implementando um modelo estrutural de controle mais eficiente, fundamentado no conceito de transparência ativa.

Os objetivos traçados nesta iniciativa estão alinhados às diretrizes do governo, no sentido de assegurar a manutenção do equilíbrio fiscal e a eficiência dos serviços prestados à sociedade.

A Secretaria do Tesouro Nacional ? STN, destaca, em ?Dívida Pública: A Experiência Brasileira?, a relevância do papel do endividamento público como um instrumento apropriado e necessário para financiar o investimento público na construção de ativos de elevado custo e longa duração, mas com benefícios e rendimentos para várias gerações. ?O endividamento, se bem administrado, permite ampliar o bem estar da sociedade e o bom funcionamento da economia?. STN (2009).

## **DESCRIÇÃO DA INICIATIVA**

O trabalho iniciou em 2014 com a revisão dos controles internos da gestão da dívida pública fundada, a fim de identificar focos de atuação visando à racionalização e ao aperfeiçoamento dos processos. Foi constatada a existência de base de dados e controles diversos e divergentes entre si, que comprometiam a precisão e a tempestividade das entregas relacionadas às solicitações de informações gerenciais.

A iniciativa implementada considerou a dinâmica do negócio de gestão da dívida, o grande volume de dados envolvido no processo e o montante financeiro expressivo, com impacto significativo no equilíbrio fiscal.

Os dados considerados referem-se às operações de crédito em fase de contratação e à execução dos contratos de empréstimo firmados pelo Estado. Atualmente, a carteira de contratos da dívida é composta por 54 contratos que apresentam condições financeiras e regras de cálculo distintas, com projeções de pagamentos para mais de 30 anos



(2048 é a previsão de liquidação da dívida com a União). Informações como o saldo devedor da dívida, as projeções dos pagamentos, a programação dos desembolsos de recursos, o acompanhamento dos limites de endividamento estabelecidos pelo Senado federal, dentre outros, devem ser atualizadas mensalmente, a fim de subsidiar o planejamento estratégico da gestão da dívida e a programação e execução orçamentária e financeira dos contratos de empréstimo.

Inicialmente, os esforços foram voltados para o saneamento dos dados, visando à unificação da base. Em seguida, foi priorizada a padronização dos controles internos, com uma configuração estrutural capaz de atender às demandas do negócio e assegurar a integridade das informações.

No desenvolvimento desta etapa, a participação efetiva dos servidores que operacionalizam os controles foi fundamental para minimizar a resistência inicial da equipe diante da proposta de mudanças relativas às práticas e procedimentos administrativos.

A revisão estrutural dos controles e a unificação da base de dados criou um cenário que permitiu a implementação do Portal de Informações da Dívida.

O desenvolvimento do Portal promoveu maior integração entre as áreas envolvidas e a simplificação do processo de geração de informações, conferindo maior eficiência à gestão, inclusive relacionado ao aspecto da publicidade dos dados, norteado pela Lei de Acesso à Informação (Lei Federal nº 12.527/2011).

Uma iniciativa inovadora que serve de referência para os demais estados brasileiros, introduzindo uma nova prática baseada no conceito de transparência ativa.

Conforme disposto no Manual da Lei de Acesso à Informação para Estados e Municípios da Controladoria Geral da União - CGU, os órgãos públicos têm a obrigação de publicar informações de interesse público, não basta atender apenas aos pedidos de informação. O ideal é que a quantidade de informações disponibilizadas pro ativamente aumente com o passar do tempo. (CGU, 2013)

A Lei de Acesso à Informação, regulamentada em Minas Gerais pelo Decreto Estadual nº 45.969/2012, determina que órgãos e entidades do poder público devem assegurar a gestão transparente da informação, propiciando amplo acesso e divulgação destas informações, observada a sua disponibilidade, autenticidade, integridade e eventual restrição de acesso.

Ainda em 2014, foi disponibilizada na rede da SEF/MG uma versão do Portal da Dívida com acesso restrito à equipe da gestão da dívida, ao secretário e ao secretário-adjunto de Fazenda, aos subsecretários e outros servidores estratégicos que demandam informações da dívida. No Anexo I, tela inicial do Portal disponibilizado internamente através da rede da SEF/MG.

Esta versão interna do Portal passou por ajustes de layout e conteúdo a fim de viabilizar sua publicação no Portal da Transparência do Estado, possibilitando o acesso público às informações da dívida estadual, com alto nível de detalhamento.

O Anexo II apresenta artigo do Informativo da SEF/MG, Fazenda em Notícia, destacando a publicação das informações da dívida no Portal da Transparência. No Anexo III, a tela inicial do Portal da Dívida, também disponibilizado na Intranet da SEF/MG, na área de Sistemas Corporativos (Vide no Anexo IV, artigo do informativo Fazenda em Notícia e tela de Sistemas Corporativos na Intranet da SEF).

A atualização das informações do Portal, conforme estrutura apresentada a seguir, foi automatizada, com base nos controles internos revisados na primeira etapa do projeto. Esta automatização contribuiu para racionalização de tarefas, a mitigação de riscos operacionais e maior eficiência na geração de informações gerenciais.

Os controles estão vinculados às tabelas do Portal da Dívida na rede Fazendária. Quando são atualizados, na medida da execução orçamentária e financeira dos contratos, o Portal Interno, em Excel, é atualizado automaticamente. Este arquivo é carregado mensalmente, como página da web, com extensão html, tanto no servidor da Prodemge, através do protocolo de transferência de arquivos File Transfer Protocol ? FTP, quanto na intranet da SEF/MG, atualizando, respectivamente, as informações da dívida no Portal de Transparência e na rede interna da SEF/MG.

Ademais, a opção pelo desenvolvimento do Portal em Excel, mesma plataforma utilizada nos controles internos, de



amplo conhecimento da equipe de gestão da dívida, facilitou o processo de implementação e manutenção da iniciativa.

### 1. Estrutura do Portal de Informações da Dívida:

#### 1.1 Carteira de Contratos da Dívida:

Apresenta informações detalhadas das operações de crédito contratadas pelo Estado (contratos de empréstimos), tais como: condições financeiras (prazo de liquidação da dívida, carência, taxa de juros, encargos, etc.); a lei que autoriza a contratação da operação de crédito; sua finalidade, vinculada ao financiamento de um programa de governo específico; o valor contratado; as garantias concedidas; entre outras.

Atualmente, cinquenta e três contratos compõem a carteira de contratos vigentes da dívida fundada, sendo treze contratos firmados com credores externos e quarenta contratos com credores internos, destacando-se a União como credor principal, responsável por aproximadamente 80% do endividamento total do Estado.

A carteira de contratos publicada no Portal está agrupada por credor. Ao selecionar um contrato específico são exibidas suas informações contratuais. A título exemplificativo, são apresentados no Anexo V a Carteira de contratos firmados com a União Federal e o detalhamento das informações contratuais do refinanciamento de dívidas, amparado pela Lei Federal nº 9.496/97, objeto de renegociação recente, nos termos das Leis Complementares nº 148/2014 e nº 156/2016.

#### 1.2 Composição do Estoque da Dívida:

O estoque da dívida é o valor consolidado dos saldos devedores dos empréstimos contratados pelo Estado. São publicados a evolução do estoque da dívida fundada nos últimos cinco exercícios e a posição atual do exercício vigente, que é de R\$ 105 bilhões (Ref. Maio/2017). São publicados também a projeção do estoque para os próximos cinco exercícios, e o detalhamento gráfico, dentre outros, da sua composição, por tipo de moeda e por indexador da taxa de juros (Vide tela do Portal de Informações da Dívida no Anexo VI).

Por questões gerenciais e de estética gráfica, evitando excesso de informações na tela, foram consolidados os saldos dos principais credores de dívida interna, em moeda nacional e estrangeira, e de dívida externa. Este padrão foi aplicado aos demais controles disponibilizados no Portal da Dívida.

#### 1.3 Serviço da Dívida Realizado:

São consolidados os valores das despesas orçamentárias realizadas, no exercício vigente e no anterior, com o serviço da dívida: amortização, juros e encargos. Sendo, a amortização, o pagamento do valor do principal da dívida, objeto do financiamento. (Vide tela do Portal de Informações da Dívida no Anexo VII)

Está disponibilizado também no Portal um resumo consolidado de todas as despesas realizadas por contrato. (Vide tela do Portal de Informações da Dívida no Anexo VIII)

#### 1.4 Cronograma Financeiro:

São apresentados os cronogramas com as projeções de pagamentos dos contratos da dívida. O cronograma constante no Anexo IX projeta o serviço mensal da dívida para o exercício atual. Na tela do Anexo X são apresentados os cinco exercícios futuros, base das projeções para subsidiar a elaboração da Lei Orçamentária Anual - LOA e do Plano Plurianual de Ação Governamental - PPAG. No Anexo XI é apresentada a tela do Portal com a projeção do cronograma de pagamentos até o vencimento dos contratos vigentes.

Na versão do Portal disponibilizada internamente, na rede Fazendária, é publicado também o controle financeiro mensal, por contrato, apresentado no Anexo XII, que visa subsidiar o planejamento financeiro mensal dos pagamentos vincendos. Esta funcionalidade possibilita a integração entre as áreas de gestão da dívida e administração financeira, no âmbito do Tesouro Estadual.

Ressalta-se que as projeções do serviço da dívida, refletidas na projeção do estoque, são atualizadas mensalmente com base nas expectativas de variação cambial, taxa de juros, etc., conforme condições de cada contrato.

#### 1.5 Operações a Contratar:

Estão relacionadas as operações de crédito em fase de contratação. São apresentadas as situações atualizadas dos processos de contratação em andamento e disponibilizados os links para acesso às respectivas leis autorizativas. O Anexo XIII apresenta a tela do Portal de Informações da Dívida das operações a contratar e, para exemplificar, a tela



da situação de uma destas operações.

A contratação de uma operação de crédito deve ser pleiteada à STN, estando sujeita ao cumprimento dos limites de endividamento do Estado estabelecidos pelo Senado Federal, que serão detalhados a frente. Tais processos são operacionalizados pela STE/SEF, com base nos programas de governo apresentados pela Secretaria de Planejamento e Gestão - SEPLAG. O Anexo XIV apresenta, com fins de ilustração, um fluxo resumido do processo de contratação de operações de crédito internas, nos termos do Manual de Instrução de Pleitos da STN. Para contratação de operações externas, o fluxo é mais complexo, com participação do Banco Central e da Secretaria de Assuntos Internacionais ? SEAIN, do Ministério de Planejamento e Gestão, sendo exigida aprovação do Senado Federal e da Presidência da República.

Na versão interna do Portal, já citada anteriormente, são relacionadas ainda toda comunicação oficial relativa às operações a contratar, conforme tela apresentada no Anexo XV.

### 1.6 Controle de Arrecadações:

São tratadas como arrecadações os desembolsos de recursos das operações de crédito contratadas. As projeções futuras de arrecadações e as realizadas nos últimos cinco exercícios e no exercício vigente, objeto da dívida fundada, estão publicadas no Portal, conforme telas constantes do Anexo XVI.

### 1.7 Limites de Endividamento:

O Senado Federal estabelece limites para as contratações de operações de crédito, listados a seguir. O cumprimento destes limites são condicionantes para aprovação de novas contratações e visam assegurar a sustentabilidade da dívida pública estadual. Os limites estão publicados no Portal de Informações da Dívida no Anexo XVII.

- a) Regra de Ouro (inciso III, do art. 167, da CF), conjugado com o art. 6º, da RSF nº 43/2001: O montante global das operações realizadas não pode ultrapassar as despesas de capital (amortizações, investimentos e inversões financeiras);
- b) Limite das operações de crédito ? Fluxo (inciso I, do art. 7º, da RSF nº 43/2001): O montante global das operações realizadas em um exercício financeiro não poderá ser superior a 16% da RCL ? Receita Corrente Líquida.
- c) Limite das operações de crédito ? Dispêndio (inciso II, do art.7º, da RSF nº 43/2001): O comprometimento anual com amortizações, juros e demais encargos da dívida consolidada, inclusive relativo a valores a desembolsar de operações de crédito já contratadas e a contratar, não poderá exceder a 11,5% da RCL.
- d) Limite das operações de crédito ? Estoque (inciso III, do art. 7º, da RSF nº 43/2001): O limite do estoque é medido pela relação entre a Dívida Consolidada Líquida ? DCL e a Receita Corrente Líquida ? RCL, que não pode ultrapassar 200%.

### 1.8 Programa de Apoio à Reestruturação e ao Ajuste Fiscal ? PAF:

O PAF é parte integrante do Contrato de Refinanciamento de Dívidas com a União, sob a égide da Lei 9.496/97, e tem o objetivo de viabilizar a sustentação fiscal e financeira do Estado em bases permanentes.

O PAF configura-se como um instrumento de gerenciamento das contas públicas estaduais, definindo estratégias, ações e metas que deverão ser cumpridas pelo Estado até a total liquidação da dívida com a União. O acompanhamento destas metas está publicado no Portal de Informações da Dívida. O Anexo XVIII apresenta as metas a serem cumpridas pelo Estado relativas ao PAF. E, como exemplo, o acompanhamento de uma das seis metas estabelecidas.

Na versão interna do Portal há um nível de detalhamento maior das informações. São disponibilizadas, além das metas, as Revisões Anuais do PAF, os Relatórios Anuais de Avaliação do Cumprimento de Metas, os dispositivos legais que regulamentam o Programa e o Demonstrativo das Operações de Crédito, com cronograma de arrecadações a contratar protocolado junto à STN, denominado Anexo V. (Vide telas do Portal de Informações da Dívida no Anexo XIX.)

## 2. Estrutura do Portal de Informações da Dívida ? Versão Interna:

A versão interna do Portal da Dívida, disponibilizada na rede fazendária, contempla ainda os seguintes itens, além daqueles já especificados anteriormente.

### 2.1 Orçamento:



Controles referentes ao planejamento orçamentário das despesas com o serviço da dívida, conforme tela apresentada no Anexo XX, visando subsidiar a elaboração da LOA e do PPAG.

**2.2 Legislação:**

Disponibiliza links para simplificar o acesso à legislação que ampara as atividades de contratação de operações de crédito e gestão do endividamento público, apresentados na tela do Portal constante do Anexo XXI.

**2.3 Leis Autorizativas / Projetos de Lei:**

Apresenta projetos e leis autorizativas de operações de crédito com possibilidades de contratação, visando o atendimento dos programas governamentais. (Vide tela do Portal de Informações da Dívida no Anexo XXII.)

**2.4 Garantias a Terceiros:**

Apresenta o saldo global das garantias concedidas pelo Estado em operações de crédito contratadas por entes da administração indireta. O Senado Federal estabelece na Resolução nº 43/2001 o limite de 22% da Receita Corrente Líquida para concessão de garantias a terceiros. (Vide tela do Portal de Informações da Dívida no Anexo XXIII)

**2.5 Processo de Modernização da Gestão da Dívida:**

Apresenta o fluxo resumido do Programa de Modernização da Dívida, implementado no âmbito da SEF/MG, no qual está inserido o Portal da Dívida (Vide tela do Portal de Informações da Dívida no Anexo XXIV). A ferramenta central do programa de modernização é o Sistema de Controle de Operações de Crédito ?SICOP, também desenvolvido pela SEF/MG.

**HOUVE A REALIZAÇÃO DE PARCERIAS**

Sim

**DETALHE COMO FORAM FEITAS AS PARCERIAS**

A construção do Portal de Informações da Dívida, em Excel, foi uma iniciativa da Superintendência Central de Governança de Ativos e da Dívida Pública ? SCGOV/STE/SEF, com apoio da Superintendência de Tecnologia da Informação ? STI/SEF.

E, o acesso às informações do Portal, antes restrito à rede fazendária, foi disponibilizado ao público no Portal da Transparência do Estado de Minas Gerais, a partir da parceria, norteadas pelo conceito de transparência ativa, entre a SCGOV/STE/SEF e a Controladoria-Geral do Estado de Minas Gerais ? CGE, através da Superintendência Central de Promoção da Integridade Funcional e da Transparência Institucional ? SCIT, com suporte da Companhia de Tecnologia da Informação do Estado de Minas Gerais ? Prodemge.

**RECURSOS UTILIZADOS**

**RECURSOS HUMANOS**

Participaram diretamente da fase inicial de revisão dos controles internos três servidores da Diretoria Central de Gestão da Dívida Pública ? DCD/SCGOV/STE/SEF. Sendo, um servidor do núcleo de contratação de operações de



crédito e dois servidores do núcleo de gestão da dívida.

Dois servidores, um de cada núcleo, tinham a função de elucidar a dinâmica dos controles existentes e revisar o mapeamento dos processos de trabalho, a fim de subsidiar as atividades de um terceiro servidor, do núcleo de gestão da dívida, responsável pela identificação dos pontos de ineficiência e, na etapa seguinte, pela implementação de melhorias.

A estratégia adotada, alinhada com a equipe da DCD/SCGOV, foi baseada na unificação da base de dados e na implementação de uma nova estrutura de controle, que resultou na criação do Portal de Informações da Dívida. Foram definidos novos procedimentos e práticas administrativas para assegurar a sustentabilidade das mudanças implementadas, sendo fundamental neste processo o envolvimento de toda equipe.

## **RECURSOS FINANCEIROS (VALOR E ORIGEM)**

Todo o projeto foi desenvolvido e implementado por servidores da área de gestão da dívida da SEF, sem custos adicionais ao Estado.

## **RECURSOS MATERIAIS**

Foram utilizados os recursos materiais disponíveis no âmbito da DCD/SCGOV/STE/SEF. Não houve necessidade de aplicação de recursos extras.

## **RECURSOS TECNOLÓGICOS**

Foram utilizadas as seguintes ferramentas de Tecnologia de Informação e Comunicação - TIC:

- Bizagi Process Modeler: mapeamento dos processos de trabalho para subsidiar as atividades de identificação de gargalos e a implementação da melhorias;
- Microsoft Excel: unificação da base de dados, reestruturação dos controles internos e desenvolvimento do Portal de Informações da Dívida, com utilização de linguagem de programação Visual Basic (VBA).

## **CUSTO DE IMPLEMENTAÇÃO/MANUTENÇÃO DA INICIATIVA**

Não houve custos adicionais para implementação da iniciativa, tendo sido executada exclusivamente por servidores da área de gestão da dívida da SEF, com a utilização de recursos materiais e ferramentas tecnológicas já disponíveis. Da mesma forma, não há que se falar em custo de manutenção.

## **OBSTÁCULOS IDENTIFICADOS NA IMPLEMENTAÇÃO DA INICIATIVA**



O principal obstáculo identificado foi a resistência inicial da equipe de gestão da dívida às mudanças propostas. Desde as primeiras discussões sobre a reestruturação dos controles internos, a equipe responsável pela sua operacionalização demonstrou bastante resistência. Conseguiram visualizar os gargalos e concordavam com a necessidade de implementar mudanças, mas não se sentiam a vontade com a ideia de mudar rotinas já consolidadas.

Manter o foco, a motivação e o compromisso da equipe envolvida no projeto demanda esforços estratégicos específicos. É preciso gerenciar a influência das várias partes interessadas em relação aos requisitos do projeto para garantir um resultado bem-sucedido (PMI, 2008). As pessoas que precisarão mudar sua forma de trabalhar ao utilizar, por exemplo, um novo sistema informatizado, é parte interessada crítica.

Com relação aos aspectos técnicos, a dificuldade enfrentada está relacionada à identificação das configurações adequadas para viabilizar a transferência do arquivo do Portal, em Excel, para extensão \*.html, visando atualização dos dados da dívida no Portal da Transparência e na Intranet da SEF.

## **SOLUÇÕES ADOTADAS PARA A SUPERAÇÃO DOS PRINCIPAIS OBSTÁCULOS IDENTIFICADOS**

No planejamento da iniciativa houve a preocupação de reestruturar os controles mantendo a lógica de negócio já existente. E, o Portal da Dívida foi desenvolvido utilizando a mesma ferramenta utilizada nos controles internos, o Excel da Microsoft, de amplo conhecimento da equipe de gestão da dívida. Tais medidas foram adotadas visando otimizar o processo de implementação e minimizar a resistência manifestada, natural em processos de mudanças. Ademais, deve-se destacar que o efetivo envolvimento da equipe nos processos de decisão também colaboraram para quebra da resistência inicial.

Já o obstáculo técnico relatado foi superado com apoio das equipes técnicas da Prodemge e da STI/SEF. Foi necessário criar procedimento para, no momento de salvar o arquivo do Portal em Excel como página da web, ajustar configurações específicas, compatíveis com as especificações do Portal da Transparência e da plataforma da Intranet da SEF.

## **RESULTADOS ALCANÇADOS**

Deve-se destacar os seguintes resultados alcançados com a implementação da iniciativa:

- Unificação da base de dados da dívida fundada;
- Alinhamento dos processos internos de gestão da dívida;
- Racionalização de tarefas;
- Redução de riscos operacionais;
- Eficiência na geração de informações gerenciais;
- Integridade e publicidade das informações relativas à gestão da dívida;
- Transparência Ativa das informações da dívida;
- Eficiência no atendimento das demandas de financiamento e na elaboração de estratégias de renegociação e reestruturação de dívidas, visando condições mais vantajosas ao Estado;

O Anexo XXV apresenta um resumo comparativo da situação anterior à implementação da iniciativa e a atual. Em 2015, resultado desta iniciativa, a gestão da dívida estadual obteve nota máxima na avaliação do Índice de Transparência e Cidadania Fiscal (ITCF), que retrata o grau de transparência fiscal de cada unidade federada.

O ITCF é uma iniciativa coordenada pelo Conselho Nacional de Política Fazendária - CONFAZ, em parceria com o



Banco Interamericano de Desenvolvimento ? BID, cujo objetivo é mensurar a capacidade dos Portais de Transparência e dos sites das secretarias estaduais de fazenda em expor informações relevantes sobre receita e gasto público, de modo compreensível para o cidadão.

O Anexo XXVI apresenta o artigo publicado no Informativo da SEF/MG relativo à avaliação do ITCF.

## **MECANISMOS E MÉTODOS DE MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO DE RESULTADOS**

Em conformidade com práticas e procedimentos recomendados no Guia PMBOK (Project Management Body of Knowledge), a metodologia aplicada na implementação da iniciativa, com foco na melhoria contínua dos processos de gestão da dívida, foi baseada no Ciclo PDCA, do inglês: Plan, Do, Check e Action ou Adjust. O Ciclo contempla quatro passos essenciais: planejar, executar, verificar e agir. O primeiro passo é de levantamento e análise das informações. O passo seguinte, a execução do planejamento, seguido pela avaliação dos resultados e identificação de gargalos. E, por fim, a correção dos problemas identificados, iniciando novamente o ciclo, a partir do planejamento de melhorias. (PMI, 2014)

A implantação da iniciativa foi monitorada pelos núcleos de contratação de operações de crédito e de gestão da dívida. Foi estabelecido um calendário de reuniões para alinhamento dos processos, com participação de todos os servidores envolvidos na gestão da dívida. O envolvimento de toda equipe responsável no planejamento e no processo decisório conferiu maior legitimidade à iniciativa, tendo sido fundamental na disseminação do conhecimento e na integração dos controles.

A avaliação de resultados foi norteada pelas diretrizes elaboradas pelo Fundo Monetário Internacional - FMI e pelo Banco Mundial ? BIRD, em cooperação com gerentes de dívida pública de todo o mundo. Fundamentada no monitoramento contínuo da execução orçamentária, financeira, contábil e administrativa dos contratos da dívida. As diretrizes para o Gerenciamento da Dívida Pública do BIRD e FMI (2014) fornecem um conjunto de princípios que visam promover políticas e práticas que contribuam para a estabilidade fiscal, a transparência e a redução das vulnerabilidades financeiras. Dentre estes princípios, deve-se destacar os seguintes, diretamente relacionados com a iniciativa implementada:

- O gerenciamento da dívida deve ser orientado para alcançar o objetivo de minimizar o custo da dívida, a médio e longo prazos, dentro de uma determinada tolerância ao risco. Assim, é necessário assegurar a eficiência dos controles e a precisão das informações geradas, visando subsidiar os processos de decisão relacionados à contratação, renegociação e reestruturação da dívida;
- Definição clara dos papéis e responsabilidades dos gestores da dívida, incluindo a responsabilidade por compartilhamento das informações pertinentes com as autoridades fiscais sobre o montante da dívida;
- A fim de minimizar incertezas, especialmente em períodos de crise, é essencial manter os investidores atualizados, dando publicidade às informações da dívida. É sugerida publicação regular das informações sobre o estoque e composição de seus passivos de dívida, passivos contingentes e ativos financeiros;
- As atividades de gestão da dívida devem ser estruturadas em controles precisos e abrangentes;
- Os riscos inerentes à estrutura da dívida devem ser cuidadosamente monitorados e avaliados. Devem ser avaliados os riscos associados à moeda estrangeira e taxa variável, a fim de orientar as decisões sobre a contratação de empréstimos e reduzir os riscos da carteira;
- Realizar o monitoramento e gerenciamento dos riscos decorrentes de passivos contingentes (arrecadações projetadas de operações em execução e em fase de contratação).

## ANEXOS

### ANEXO I – Portal de Informações da Dívida – Acesso Restrito à Rede Fazendária



Fonte: Portal de Informações da Dívida – Diretoria Central de Gestão da Dívida Pública –DCD/SCGOV

### ANEXO II – Publicação do Portal de Informações da Dívida no Portal da Transparência – Artigo Publicado no Fazenda Notícia – Intranet SEF/MG.

**Portal de Informações da Dívida Pública Fundada Estadual**

Foi disponibilizado no Portal da Transparência do Estado de Minas Gerais informações acerca do endividamento do Estado, detalhando os contratos vigentes, estoque e serviço da dívida, cronograma financeiro dos contratos, limites de endividamento, operações de crédito em fase de contratação, entre outras.

Publicado em: 05/01/2015 | 08:30

Enviar Imprimir

O Portal de Informações da Dívida, desenvolvido no âmbito da Superintendência Central de Governança de Ativos e da Dívida Pública - SCGOV / Diretoria Central de Gestão da Dívida Pública - DCD, contempla informações acerca do endividamento do Estado, detalhando os contratos vigentes, estoque e serviço da dívida, cronograma financeiro dos contratos, limites de endividamento, operações de crédito em fase de contratação, entre outras.

O acesso às informações do Portal da Dívida, antes restrito à rede fazendária, foi disponibilizado ao público no Portal da Transparência do Estado de Minas Gerais, a partir da iniciativa, norteada pelo conceito de transparência ativa, da Subsecretaria do Tesouro Estadual - STE/SEF-MG e da Controladoria-Geral do Estado de Minas Gerais - CGE, através da Superintendência Central de Promoção da Integridade Funcional e da Transparência Institucional - SCIT.

Fonte: Intranet SEF/MG – Publicações Fazenda em Notícia

## ANEXO III – Portal de Informações da Dívida - Portal da Transparência do Estado de Minas Gerais.

PORTAL DA  
**TRANSPARÊNCIA**  
DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Início O que é o portal Legislação Informações Gerais Glossário Perguntas frequentes Fale conosco

Estou procurando por...

Menu **Gestão da dívida**

Você está aqui: [Página Principal](#) / [Dívida pública](#) / [Gestão da dívida](#)

### Gestão da dívida

Carteira de Contratos
Estoque da Dívida
Serviço da Dívida
Cronograma Financeiro
Operações a Contratar
Cronograma Arrecadação
Limites de Endividamento
Programa de Reestruturação e Ajuste Fiscal - PAF

#### GESTÃO DA DÍVIDA PÚBLICA FUNDADA ESTADUAL

A gestão da dívida pública está fundamentada em um arcabouço jurídico e orçamentário que legitima o atendimento às necessidades de financiamento do governo, visando a consecução de ações e projetos, conforme disposto na Lei Orçamentária Anual - LOA, e corrobora o compromisso da Subsecretaria do Tesouro Estadual - STE, inserida na estrutura organizacional da Secretaria de Estado de Fazenda de Minas Gerais - SEF/MG, de minimizar o custo da dívida em uma perspectiva de médio e longo prazos.



Última atualização: 19/06/2017

Fonte: Portal da Transparência do Estado de Minas Gerais/ Portal de Informações da Dívida - <http://www.transparencia.mg.gov.br/divida-publica/gestao-da-divida>

## ANEXO IV – Publicação do Portal de Informações da Dívida na Intranet – Artigo Publicado no Fazenda Notícia – Intranet SEF/MG.

Intranet  
**SEF**  
Secretaria de Estado de Fazenda

DÚVIDAS FREQUENTES FAÇA CONTATO

FAZENDA EM NOTÍCIA SAIF SUFIS SUTRI NÚCLEO DO CRÉDITO SCAF SCCG SCGOV SGF

Home / Informativo / FAZENDA EM NOTÍCIAS / GESTÃO E FINANÇAS /

## Portal de Informações da Dívida do Estado está disponível na intranet

Servidor tem, a partir de agora, um canal direto de acesso aos números e contratos

Publicado em: 11/05/2016 | 12:33 [Enviar](#) [Imprimir](#)

No momento em que o endividamento dos estados brasileiros ganha ampla repercussão na sociedade, em função das tentativas de renegociação com a União e da crise financeira, é importante acompanhar a situação em que Minas Gerais se encontra, sobretudo para os servidores da Secretaria de Estado de Fazenda (SEF). Pensando nisso, a Superintendência Central de Governança de Ativos e da Dívida Pública (SCGOV) disponibilizou o acesso ao **Portal de Informações da Dívida**, que, a partir de agora, pode ser feito pela página inicial da intranet SEF, na sessão Sistemas Corporativos.

Atualizado sempre por volta do dia 10 de cada mês, o Portal apresenta Carteira de Contratos; Estoque da Dívida; Serviço da Dívida; Cronograma Financeiro; Operações a Contratar; Cronograma Arrecadação; Limites de Endividamento; e Programa de Reestruturação e Ajuste Fiscal (PAF). Os dados são os mesmos publicados no Portal da Transparência de Minas Gerais.

"Nosso objetivo é estimular o servidor da SEF, por meio da intranet, que é voltada para ele, a acessar e manter-se informado sobre o endividamento de longo prazo do Estado. Isso devido à importância que o conteúdo representa no contexto fiscal do Estado, com repercussões imediatas, de médio e longo prazo", afirma o superintendente de Governança de Ativos e da Dívida Pública, Osmar Teixeira de Abreu.

Fonte: Intranet SEF/MG – Publicações Fazenda em Notícia

## ANEXO IV.1 – Portal de Informações da Dívida - Intranet SEF/MG - Sistemas Corporativos

### Sistemas Corporativos

Todos CAMG Diário Eletrônico Fale Conosco Portais SEF Atendimento Publicador Web

Armazém de Informações	Armazém SEF	CADIN (acesso restrito)	CADIN (consulta pública)	Catálogo SINTEGRA	CC/MG - Acompanhamento Processual
Clique Denúncia	DEMANDA-TIC	Diário Eletrônico	Fale Conosco (banco de conhecimento)	Fiscalnet	Forponto
i-Fisco (IBM - Cognos)	i-Fisco/CAC - Virtual	Intendência	Pesquisa RICMS	Legisfácil	Portal Auditor Web
Portal CT-e	<b>Portal de Informações da Dívida</b>	Portal da Transparência	Portal do Servidor	Portal de Compras MG	Portal MAF
Portal MDF-e	Portal de Informações da Dívida	Portal NF-e	Publicador Web	Portal SGF	SADE
SEF Atendimento	SCCT	SIAD	SIARE (acesso público)	SIAFI	SIARE (acesso restrito)
SIGED	SIARE (termo de responsabilidade)	SINTEGRA RESTRITO	SISCOS	SISAD	SMEF
SPIDE - Instalador	STI - Central de Serviços	TESTLINK			

Fonte: Intranet SEF/MG

## ANEXO V – Carteira de Contratos da Dívida Pública Fundada Estadual - Portal de Informações da Dívida / Portal da Transparência do Estado.

Você está aqui: [Página Principal](#) / [Dívida pública](#) / [Gestão da dívida](#)

Gestão da dívida

Contratos	Estoque	Serviço	Cronograma Financeiro	Operações a contratar	Arrecadações	Limites de Endividamento	PAF
-----------	---------	---------	-----------------------	-----------------------	--------------	--------------------------	-----

### Contratos Vigentes - Dívida Pública Fundada Estadual

	Nº Contratos	Contratos	Assinatura	Término
<b>Dívida Interna</b>	<b>40</b>	+ Refinanciamento Lei 9496	18/02/1998	01/02/2028
<b>União Federal</b>	<b>25</b>	+ Resíduo de Limite Ref. Lei 9496	18/02/1998	01/02/2038
<a href="#">Banco do Brasil</a>	3	+ Saneamento Bancos Estaduais Lei 9496	08/05/1998	01/02/2028
<a href="#">Banco Nac. Des. Econ. Social - BNDES</a>	6	+ Resíduo de Limite San. Bancos Lei 9496	08/05/1998	01/02/2038
<a href="#">Caixa Econômica Federal</a>	4	+ Recomp. Patrimonial BDMG -Lei 9496	08/05/1998	01/02/2028
<a href="#">Banco do Nordeste do Brasil - BNB</a>	1	+ Refinanciamento Externo DMLP	23/07/1998	15/04/2024
<a href="#">Inst. Previd. Serv. Militares - IPSM</a>	1	+ Dívida Previdenciária - INSS *	30/08/2013	31/07/2033
<b>Dívida Externa</b>	<b>13</b>	+ Dívida Pasep * - "18 contratos" <sup>(1)</sup>	31/12/2013	31/07/2033
<a href="#">Banco Int. Reconst. e Desenv. - BIRD</a>	5	* Parcelamento de débitos previdenciários com a Fazenda Nacional (Lei Federal nº 12.810/2013).		
<a href="#">Crédit Suisse Nassau A.G.</a>	1	(1) O parcelamento do PASEP envolve a gestão de 18 processos ("contratos") distintos.		
<a href="#">Ag.Francesa de Desenv. - AFD</a>	1			
<a href="#">Banco Interamer. de Desenv. - BID</a>	6			
<b>Nº Total de Contratos</b>	<b>53</b>			

Fonte: Portal da Transparência do Estado de Minas Gerais/ Portal de Informações da Dívida - <http://www.transparencia.mg.gov.br/divida-publica/gestao-da-divida>

## ANEXO V.1 Informações do Contrato de Refinanciamento da Dívida com a União Federal, sob a égide da Lei nº 9.496/97.

Você está aqui: [Página Principal](#) / [Dívida pública](#) / [Gestão da dívida](#)

### Gestão da dívida

Contratos	Estoque	Serviço	Cronograma Financeiro	Operações a contratar	Arrecadações	Limites de Endividamento	PAF
-----------	---------	---------	-----------------------	-----------------------	--------------	--------------------------	-----

#### Dados Contratuais - Dívida Pública Fundada Estadual

Contrato: <b>CONTRATO STN PARCELA P</b>	Credor: <b>União Federal / STN</b>	Banco: <b>Banco do Brasil</b>	Nº: <b>STN 004/98</b>	SIAFI: <b>36</b>
Lei Autorizativa: <b>Lei Estadual nº 12.422/96</b>	Data Assinatura: <b>18/02/1998</b>	Prazo: <b>30 anos</b>	Carência: <b>sem carência</b>	

**Finalidade:** Confissão, Promessa de Assunção, Consolidação e Refinanciamento de Dívidas firmado entre a União e o estado de Minas Gerais.

**Valor Contratado:** R\$ 9.211.805.638,30      **Data 1ª Amortização:** 01/03/1998      **Data Liquidação:** 01/02/2028

**Vencimentos:**  
Parcela P e encargos apurados no dia 1º, pagos mensalmente até o dia 30 ou no primeiro dia útil imediatamente posterior, sem ônus adicionais, agregadas atualização monetária e juros de atualização pró-rata-die.

**Taxa de Juros/Correção:** 7,5% a.a./IGP-DI mensal (anterior ao mês de referência)      **Encargos:** Comissão de Administração (percentual sobre saldo devedor - cláusula 15ª)

**Garantia:**  
Cessão para a União Federal, condicionada ao inadimplemento, previamente autorizada por Leis Estaduais, de recursos para compensação com receitas próprias e quotas a que se referem os seguintes Artigos da **Constituição Federal**:  
**Art.155:** - Imposto de Transmissão Causa-Mortis e doações(ITCD);  
 - Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços, de transportes intermunicipal, interestadual e de comunicações(CMS)  
 - Imposto sobre a propriedade de veículos automotores (IPVA);  
**Art.157:** Imposto sobre renda e proventos de qualquer natureza retido na fonte;  
**Art.159:** Imposto de Renda sobre rendimentos de qualquer natureza e Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) proporcional aos valores de exportações; quotas do Fundo de Participação dos Estados (FPE).

[<< Voltar](#)

Fonte: Portal da Transparência do Estado de Minas Gerais/ Portal de Informações da Dívida - <http://www.transparencia.mg.gov.br/divida-publica/gestao-da-divida>

## ANEXO VI – Estoque da Dívida Pública Fundada Estadual - Portal de Informações da Dívida / Portal da Transparência do Estado.

Contratos	Estoque	Serviço	Cronograma Financeiro	Operações a contratar	Arrecadações	Limites de Endividamento	PAF
-----------	---------	---------	-----------------------	-----------------------	--------------	--------------------------	-----

#### Estoque da Dívida Pública Fundada Estadual

Valores em R\$

	2012	2013	2014	2015	2016	mai/17
<b>Estoque Total</b>	<b>74.711.690.161</b>	<b>84.370.139.849</b>	<b>89.174.325.033</b>	<b>103.604.388.995</b>	<b>111.124.954.720</b>	<b>104.556.939.788</b>
<b>Dívida Interna</b>	<b>69.109.224.929</b>	<b>74.973.826.628</b>	<b>78.790.339.071</b>	<b>88.792.262.477</b>	<b>99.078.193.466</b>	<b>92.645.864.552</b>
<b>Em moeda nacional</b>	<b>66.825.489.892</b>	<b>70.054.312.136</b>	<b>73.230.376.585</b>	<b>80.625.468.858</b>	<b>91.231.640.797</b>	<b>84.841.242.519</b>
União Federal	63.700.258.217	67.424.631.268	70.323.225.296	77.857.744.763	87.195.673.088 <sup>(i)</sup>	80.862.550.319
Banco do Brasil	135.491.042	113.218.542	90.946.042	68.921.369	47.237.616	37.984.715
BNDES	563.649.730	1.636.228.110	1.910.702.419	1.767.740.305	1.633.546.684	1.592.358.005
Outros Credores <sup>(ii)</sup>	2.426.090.904	880.234.216	905.502.829	931.062.421	2.355.183.409	2.348.349.481
<b>Em moeda estrangeira</b>	<b>2.283.735.038</b>	<b>4.919.514.492</b>	<b>5.559.962.486</b>	<b>8.166.793.619</b>	<b>7.846.552.670</b>	<b>7.804.622.033</b>
União Federal <sup>1</sup>	337.164.835	366.011.783	404.873.965	595.193.079	496.771.605	494.424.245
Banco do Brasil <sup>2</sup>	1.886.736.034	4.491.921.552	5.093.213.056	7.487.339.697	7.293.337.624	7.258.874.920
Outros Credores <sup>3</sup>	59.834.169	61.581.158	61.875.465	84.260.843	56.443.440	51.322.868
<b>Dívida Externa</b>	<b>5.602.465.232</b>	<b>9.396.313.220</b>	<b>10.383.985.962</b>	<b>14.812.126.518</b>	<b>12.046.761.254</b>	<b>11.911.075.236</b>
BIRD	4.182.724.200	4.767.039.618	5.312.766.339	7.587.510.055	6.116.563.435	5.964.161.014
Credit Suisse	0	2.975.102.000	3.373.374.000	4.959.096.000	4.139.057.000	4.119.499.000
AFD	808.620.000	967.950.000	968.100.000	1.275.120.000	1.031.520.000	1.093.470.000
Outros Credores	611.121.032	686.221.602	729.745.623	990.400.463	759.620.818	733.945.223

**Notas:**  
 1- Dívida de Médio e Longo Prazo - DMLP, remanescente dos contratos de confissão e consolidação de dívidas externas, firmadas ao amparo da Resolução nº 98, do Senado Federal, originárias da reestruturação junto aos credores externos de obrigações vencidas e vincendas do setor público brasileiro - Moeda: USD.  
 2- Contratos assinados na modalidade de repasse de recursos externos (Resolução CMN 3.844/2010): PDMG e PROIR e contrato B.Paribas - Lei Crédito Importações financiadas encerrado em dez/2016 - Moeda: USD - Contrato JBC Processo encerrado em 2012 - Moeda: Iene.  
 3- BNB Prodatur - Moeda: USD e PNAFE/CEF - Moeda: USD

**Observações:**  
 (i) Saldo Devedor a ser ajustado após aditamento dos contratos amparados pela Lei 9.496/97, nos termos da LC nº 148/2014, combinado com a LC nº 156/2016.  
 (ii) Considera, a partir de 2013, estoque da dívida previdenciária com IPSM e, a partir de 2016, estoque da dívida previdenciária com INSS e do PASEP.

[>> Projeção do Estoque](#)  
[>> Gráfico Estoque](#)

Fonte: Portal da Transparência do Estado de Minas Gerais/ Portal de Informações da Dívida - <http://www.transparencia.mg.gov.br/divida-publica/gestao-da-divida>

## ANEXO VI.1 Projeção do Estoque da Dívida Pública Fundada Estadual - Portal de Informações da Dívida / Portal da Transparência do Estado.

Contratos	Estoque	Serviço	Cronograma Financeiro	Operações a contratar	Arrecadações	Limites de Endividamento	PAF
<b>Estoque da Dívida Pública Fundada Estadual</b>							
Valores em R\$							
	2017	2018	2019	2020	2021		
<b>Estoque Total</b>	<b>108.210.942.509</b>	<b>112.308.448.066</b>	<b>113.307.128.962</b>	<b>113.931.741.667</b>	<b>113.873.633.189</b>		
<b>Dívida Interna</b>	<b>95.495.058.759</b>	<b>97.987.817.627</b>	<b>99.592.395.840</b>	<b>100.984.539.057</b>	<b>101.867.018.526</b>		
<b>Em moeda nacional</b>	<b>87.468.898.281</b>	<b>89.974.511.295</b>	<b>91.910.340.095</b>	<b>93.773.041.501</b>	<b>95.196.368.972</b>		
União Federal <sup>(i)</sup>	82.924.051.897	85.318.388.246	87.509.546.117	89.655.038.522	91.374.307.014		
Banco do Brasil	24.828.693	1.928.088	0	0	0		
BNDES	1.797.740.224	1.947.387.754	1.734.195.664	1.532.997.166	1.336.503.756		
Outros Credores <sup>(ii)</sup>	2.722.277.467	2.706.807.207	2.666.598.313	2.585.005.813	2.485.558.202		
<b>Em moeda estrangeira</b>	<b>8.026.160.478</b>	<b>8.013.306.332</b>	<b>7.682.055.745</b>	<b>7.211.497.556</b>	<b>6.670.649.555</b>		
União Federal <sup>1</sup>	580.743.093	602.082.735	609.704.035	618.849.596	618.849.596		
Banco do Brasil <sup>2</sup>	7.394.397.782	7.363.173.557	7.028.503.284	6.553.948.881	6.018.629.320		
Outros Credores <sup>3</sup>	51.019.603	48.050.041	43.848.426	38.699.080	33.170.640		
<b>Dívida Externa</b>	<b>12.715.883.750</b>	<b>14.320.630.438</b>	<b>13.714.733.122</b>	<b>12.947.202.610</b>	<b>12.006.614.662</b>		
BIRD	4.302.519.490	4.502.326.896	4.159.990.206	3.729.738.257	3.263.520.975		
Credit Suisse	6.069.658.135	6.017.763.154	5.835.344.497	5.540.176.772	5.194.559.383		
AFD	1.271.448.628	2.753.291.166	2.775.078.419	2.747.776.437	2.696.482.423		
Outros Credores	1.072.257.498	1.047.249.222	944.320.000	929.511.144	852.051.882		

**Notas:**

1- Dívida de Médio e Longo Prazo - DMLP, remanescente dos contratos de confissão e consolidação de dívidas externas, firmadas ao amparo da Resolução nº 98, do Senado Federal, originárias da reestruturação junto aos credores externos de obrigações vencidas e vincendas do setor público brasileiro - Moeda: USD.

2- Contratos assinados na modalidade de repasse de recursos externos (Resolução CMN 3.844/2010): PDMG e PROIR e contrato B.Paribas - Lei Crédito importações financiadas - Moeda: USD.

3- BN8 Prodetur - Moeda: USD e PNAFE/CEF - Moeda: USD

**Observações:**

(i) A projeção para o estoque dos contratos com a União Federal - contratos Lei nº 9496/97 - considera os critérios da LC nº 148/2014, combinado com a LC nº 156/2016.

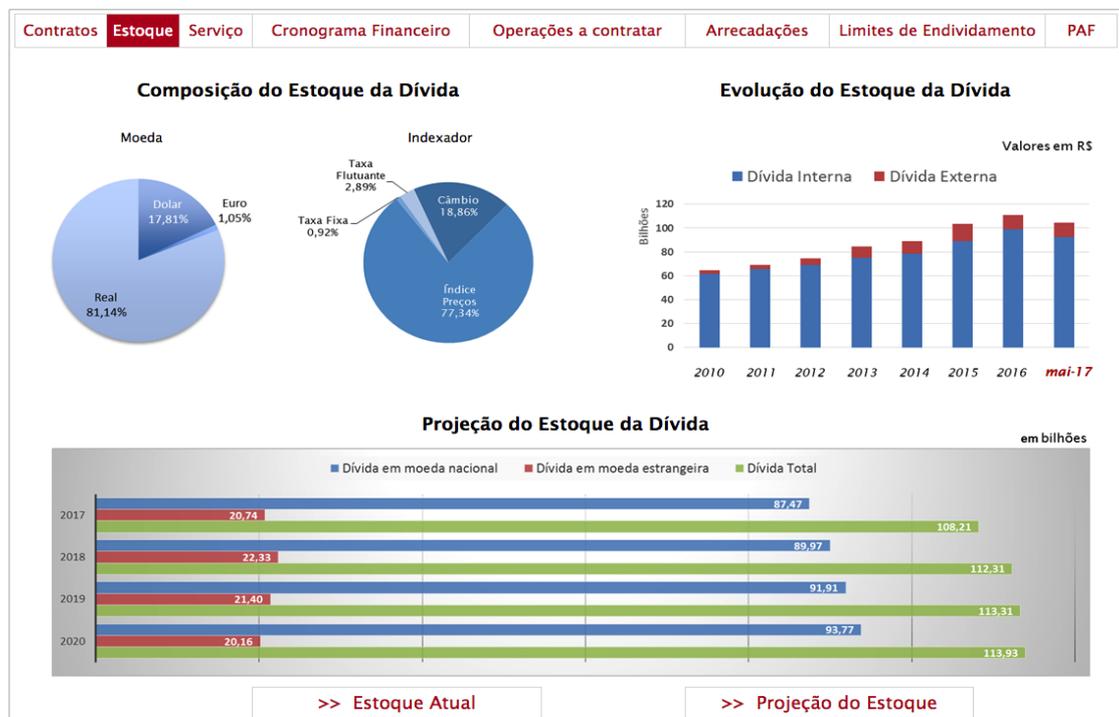
(ii) Considera estoque das dívidas IPSM, INSS e PASEP.

>> Estoque Atual

>> Gráfico Estoque

Fonte: Portal da Transparência do Estado de Minas Gerais/ Portal de Informações da Dívida - <http://www.transparencia.mg.gov.br/divida-publica/gestao-da-divida>

## ANEXO VI.2 Gráficos: Composição e Projeção do Estoque da Dívida Pública Fundada Estadual - Portal de Informações da Dívida / Portal da Transparência do Estado.



Fonte: Portal da Transparência do Estado de Minas Gerais/ Portal de Informações da Dívida - <http://www.transparencia.mg.gov.br/divida-publica/gestao-da-divida>

ANEXO VII – Serviço da Dívida Pública Fundada Estadual - Portal de Informações da Dívida / Portal da Transparência do Estado.

Contratos	Estoque	<b>Serviço</b>	Cronograma Financeiro	Operações a contratar	Arrecadações	Limites de Endividamento	PAF
<b>Serviço da Dívida Pública Fundada Estadual</b>							
							Valores em R\$
			<b>2016 - Valores pagos <sup>(iii)</sup></b>			<b>Realizado até mai-17</b>	
			<b>Principal</b>	<b>Juros/Encargos</b>	<b>Total</b>	<b>Principal</b>	<b>Juros/Encargos</b>
<b>Serviço Total</b>			<b>1.490.440.727</b>	<b>1.371.484.877</b>	<b>2.861.925.604</b>	<b>397.851.357</b>	<b>429.929.329</b>
<b>Dívida Interna</b>			<b>1.191.295.664</b>	<b>1.019.953.482</b>	<b>2.211.249.146</b>	<b>329.398.247</b>	<b>367.031.309</b>
<b>Em moeda nacional</b>			<b>1.182.599.015</b>	<b>620.153.254</b>	<b>1.802.752.269</b>	<b>326.296.526</b>	<b>353.524.709 <sup>(i)</sup></b>
União Federal			914.994.243	433.047.099	1.348.041.342	227.114.017	284.343.622
Banco do Brasil			22.496.137	5.113.543	27.609.681	8.528.707	1.401.388
BNDES			165.460.135	120.534.348	285.994.483	63.562.689	42.139.868 <sup>(ii)</sup>
Outros Credores			79.648.499	61.458.264	141.106.763	27.091.113	25.639.831
<b>Em moeda estrangeira</b>			<b>8.696.649</b>	<b>399.800.228</b>	<b>408.496.877</b>	<b>3.101.721</b>	<b>13.506.600</b>
União Federal <sup>1</sup>			0	22.342.620	22.342.620	0	6.363.389
Banco do Brasil <sup>2</sup>			7.023	375.608.952	375.615.975	0	6.090.931
Outros Credores <sup>3</sup>			8.689.626	1.848.656	10.538.282	3.101.721	1.052.280
<b>Dívida Externa</b>			<b>299.145.063</b>	<b>351.531.395</b>	<b>650.676.458</b>	<b>68.453.110</b>	<b>62.898.020</b>
Credit Suisse			0	218.938.412	218.938.412	0	26.373.048
BIRD			235.140.076	78.666.971	313.807.047	58.202.184	30.334.804
BID			46.278.556	16.111.875	62.390.431	10.250.926	3.469.800
Outros Credores			17.726.431	37.814.137	55.540.568	0	2.720.368

Notas:  
 1- Dívida de Médio e Longo Prazo - DMLP, remanescente dos contratos de confissão e consolidação de dívidas externas, firmadas ao amparo da Resolução nº 98, do Senado Federal, originárias da reestruturação junto aos credores externos de obrigações vencidas e vincendas do setor público brasileiro - Moeda: USD.  
 2- Contratos assinados na modalidade de repasse de recursos externos (Resolução CMN 3.844/2010): PDMG e PROIR e contrato B.Paribas - Lei Crédito Importações financiadas - Moeda: USD.  
 3- BNBS Produtor - Moeda: USD e PNAFE/CEF - Moeda: USD

Obs:  
 (i) No exercício de 2016, considera execução das garantias pelo Banco do Brasil no valor de R\$455.689,11, referente às comissões de administração dos meses de abril, maio e junho.  
 (ii) As inscrições em restos a pagar de 2016, no valor total de R\$365,3 milhões, serão incorporadas aos valores pagos na medida em que forem realizadas.

[> Serviço Total/Saldo Devedor](#)

[>> Limites Endividamento](#)

Fonte: Portal da Transparência do Estado de Minas Gerais/ Portal de Informações da Dívida - <http://www.transparencia.mg.gov.br/divida-publica/gestao-da-divida>

ANEXO VIII – Consolidação por contrato do Serviço da Dívida Pública Fundada Estadual - Portal de Informações da Dívida / Portal da Transparência do Estado.

Contratos	Estoque	<b>Serviço</b>	Cronograma Financeiro	Operações a contratar	Arrecadações	Limites de Endividamento	PAF
<b>Serviço da Dívida Pública Fundada Estadual</b>							
							mai-17
<b>Contratos</b>	<b>Credor</b>	<b>Pagamentos Efetuados</b>			<b>Saldo Atual</b>		
		<b>Amortização</b>	<b>Juros e Encargos</b>	<b>Total</b>			
<i>Refinanc. Div. Externa - DMLP</i>	<i>União Federal</i>	<i>R\$ 583.396.249</i>	<i>R\$ 658.022.278</i>	<i>R\$ 1.241.418.527</i>	<i>R\$ 494.424.245</i>		
<i>Dívida Previdenciária - INSS</i>	<i>União Federal</i>	<i>R\$ 49.462.667</i>	<i>R\$ 16.316.497</i>	<i>R\$ 65.779.164</i>	<i>R\$ 799.646.449</i>		
<i>Dívida Previdenciária - PASEP</i>	<i>União Federal</i>	<i>R\$ 29.733.097</i>	<i>R\$ 10.437.734</i>	<i>R\$ 40.170.831</i>	<i>R\$ 492.527.836</i>		
<i>PDMG</i>	<i>Banco do Brasil</i>	<i>R\$ 0</i>	<i>R\$ 947.374.015</i>	<i>R\$ 947.374.015</i>	<i>R\$ 5.549.616.460</i>		
<i>PROIR</i>	<i>Banco do Brasil</i>	<i>R\$ 0</i>	<i>R\$ 212.178.370</i>	<i>R\$ 212.178.370</i>	<i>R\$ 1.709.258.460</i>		
<i>PEF I</i>	<i>Banco do Brasil</i>	<i>R\$ 132.981.254</i>	<i>R\$ 72.938.878</i>	<i>R\$ 205.920.132</i>	<i>R\$ 37.984.715</i>		
<i>BB Paribás</i>	<i>Banco do Brasil</i>	<i>R\$ 16.936.220</i>	<i>R\$ 4.390.808</i>	<i>R\$ 21.327.028</i>	<i>R\$ 0</i>		
<i>CEF PNAFE</i>	<i>CEF</i>	<i>R\$ 43.456.113</i>	<i>R\$ 20.368.269</i>	<i>R\$ 63.824.382</i>	<i>R\$ 0</i>		
<i>PAC Prevenção Betim</i>	<i>CEF</i>	<i>R\$ 452.736</i>	<i>R\$ 1.629.380</i>	<i>R\$ 2.082.116</i>	<i>R\$ 77.088.334</i>		
<i>PAC Prevenção Muriaé</i>	<i>CEF</i>	<i>R\$ 0</i>	<i>R\$ 382.424</i>	<i>R\$ 382.424</i>	<i>R\$ 6.492.046</i>		
<i>PAC Prevenção Contagem</i>	<i>CEF</i>	<i>R\$ 0</i>	<i>R\$ 421.902</i>	<i>R\$ 421.902</i>	<i>R\$ 14.888.012</i>		

[<< Anterior](#)      [>> Próxima](#)

Fonte: Portal da Transparência do Estado de Minas Gerais/ Portal de Informações da Dívida - <http://www.transparencia.mg.gov.br/divida-publica/gestao-da-divida>

ANEXO IX – Projeção Anual do Serviço da Dívida - 1º Semestre/2017 - Portal de Informações da Dívida / Portal da Transparência do Estado.

Contratos	Estoque	Serviço	Cronograma Financeiro	Operações a contratar	Arrecadações	Limites de Endividamento	PAF	
<b>Cronograma Mensal do Serviço da Dívida Pública Fundada Estadual - 2017</b>							Valores em R\$	
			<b>jan</b>	<b>fev</b>	<b>mar</b>	<b>abr</b>	<b>mai</b>	<b>jun</b>
<b>Serviço Total</b>			<b>31.631.407</b>	<b>174.353.916</b>	<b>187.267.242</b>	<b>241.118.207</b>	<b>203.307.530</b>	<b>370.598.034</b>
<b>Dívida Interna</b>			<b>31.631.407</b>	<b>136.791.913</b>	<b>163.925.562</b>	<b>182.434.027</b>	<b>194.278.961</b>	<b>355.636.010</b>
<b>Em moeda nacional</b>			<b>25.540.476</b>	<b>136.031.076</b>	<b>160.532.397</b>	<b>176.070.638</b>	<b>194.278.961</b>	<b>195.607.342</b>
União Federal			0	97.419.781	122.170.927	136.053.397	155.813.533	155.813.533
Banco do Brasil			1.127.072	2.220.330	2.188.099	2.228.039	2.166.554	2.192.245
BNDES			11.942.533	23.311.042	23.021.916	24.525.799	22.901.266	24.101.884
Outros Credores			12.470.871	13.079.923	13.151.455	13.263.403	13.397.607	13.499.680
<b>Em moeda estrangeira</b>			<b>6.090.931</b>	<b>760.837</b>	<b>3.393.165</b>	<b>6.363.389</b>	<b>0</b>	<b>160.028.668</b>
União Federal <sup>1</sup>			0	0	0	6.363.389	0	0
Banco do Brasil <sup>2</sup>			6.090.931	0	0	0	0	160.028.668
Outros Credores <sup>3</sup>			0	760.837	3.393.165	0	0	0
<b>Dívida Externa</b>			<b>0</b>	<b>37.562.003</b>	<b>23.341.680</b>	<b>58.684.179</b>	<b>9.028.569</b>	<b>14.962.024</b>
Credit Suisse			0	26.373.048	0	0	0	0
BIRD			0	6.511.128	23.341.680	58.684.179	0	0
BID			0	4.677.826	0	0	9.028.569	0
Outros Credores			0	0	0	0	0	14.962.024

**Notas:**

1- Dívida de Médio e Longo Prazo – DMLP, remanescente dos contratos de confissão e consolidação de dívidas externas, firmadas ao amparo da Resolução nº 98, do Senado Federal, originárias da reestruturação junto aos credores externos de obrigações vencidas e vincendas do setor público brasileiro - Moeda: USD.

2- Contratos assinados na modalidade de repasse de recursos externos (Resolução CMN 3.844/2010): PDMG e PROIR e contrato B.Paribas - Lei Crédito importações financiadas - Moeda: USD.

3- BNB Produtur - Moeda: USD e CEF PNAFE - Moeda: USD.

**Observações:**

(i) Projeções do serviço da dívida dos contratos amparados pela Lei 9496/97, consideram condições estabelecidas pelo PLP nº 257/2016.

(ii) Atualização mensal, a partir da elaboração do controle financeiro e/ou valores realizados.

(iii) Considera operações contratadas e em fase de contratação (atualmente, processos suspensos na STN), parcelamento INSS, PASEP e obrigações previdenciárias com IPSM.

(iv) No mês de dezembro estão incluídos valores relativos ao Serviço da Dívida a pagar em 2018, competência 2017 (Restos a pagar).

Fonte: Portal da Transparência do Estado de Minas Gerais/ Portal de Informações da Dívida - <http://www.transparencia.mg.gov.br/divida-publica/gestao-da-divida>

ANEXO X – Projeção Anual do Serviço da Dívida – 2017 a 2021 - Portal de Informações da Dívida / Portal da Transparência do Estado.

Contratos	Estoque	Serviço	Cronograma Financeiro	Operações a contratar	Arrecadações	Limites de Endividamento	PAF
<b>Cronograma Anual do Serviço da Dívida Pública Fundada Estadual / 2017 - 2021</b>							Valores em R\$
			<b>2017</b>	<b>2018</b>	<b>2019</b>	<b>2020</b>	<b>2021</b>
<b>Serviço Total</b>			<b>4.380.921.853</b>	<b>7.664.635.107</b>	<b>8.184.388.677</b>	<b>8.419.205.866</b>	<b>8.578.107.164</b>
<b>Dívida Interna</b>			<b>3.632.243.503</b>	<b>6.455.748.418</b>	<b>6.812.980.668</b>	<b>7.034.971.936</b>	<b>7.212.621.181</b>
<b>Em moeda nacional</b>			<b>2.946.308.479</b>	<b>5.401.138.269</b>	<b>5.737.722.992</b>	<b>5.948.772.815</b>	<b>6.154.107.442</b>
União Federal			2.444.327.542	4.775.614.899	5.134.769.499	5.365.785.976	5.592.842.470
Banco do Brasil			26.012.414	24.147.244	1.004.626	0	0
Banco Nacional Desenv. Econ. Social - BNDES			297.128.425	355.520.361	364.832.336	334.332.476	301.406.299
Outros Credores			178.840.098	245.855.765	237.116.530	248.654.364	259.858.672
<b>Em moeda estrangeira</b>			<b>685.935.024</b>	<b>1.054.610.149</b>	<b>1.075.257.676</b>	<b>1.086.199.122</b>	<b>1.058.513.739</b>
União Federal <sup>1</sup>			25.086.435	27.870.399	29.315.364	30.467.576	31.029.591
Banco do Brasil <sup>2</sup>			651.049.086	(i) 1.019.109.734	(ii) 1.038.120.903	1.047.941.721	1.019.931.384
Outros Credores <sup>3</sup>			9.799.503	7.630.015	7.821.408	7.789.824	7.552.765
<b>Dívida Externa</b>			<b>748.678.350</b>	<b>1.208.886.689</b>	<b>1.371.408.009</b>	<b>1.384.233.929</b>	<b>1.365.485.983</b>
Credit Suisse			227.931.218	575.376.462	(iii) 677.658.360	668.179.162	647.916.196
Banco Intern. Reconst.e Desenv. - BIRD			411.219.138	(iv) 449.328.243	478.859.574	494.978.701	496.968.864
Banco Interam. Desenvolv. - BID			68.726.415	74.974.352	104.747.426	111.814.316	113.715.307
Outros Credores			40.801.579	109.207.632	(v) 110.142.649	109.261.751	106.885.616

**Notas:**

\* Considera operações contratadas e em fase de contratação (atualmente, processos suspensos na STN), e parcelamentos com INSS, IPSM e PASEP.

(i) Início amortização Contrato BB/PDMG;

(ii) Início amortização Contrato BB/PDMG;

(iii) Início amortização Contrato Credit Suisse - Reestruturação CRC/CEMIG;

(iv) Início amortização Contrato BIRD/8187 - Reestruturação CRC/CEMIG;

(v) Início amortização Contrato Agência Francesa de Desenvolvimento (AFD) - Reestruturação CRC/CEMIG.

**Observações:**

1- Dívida de Médio e Longo Prazo – DMLP, remanescente dos contratos de confissão e consolidação de dívidas externas, firmadas ao amparo da Resolução nº 98, do Senado Federal, originárias da reestruturação junto aos credores externos de obrigações vencidas e vincendas do setor público brasileiro - Moeda: USD.

2- Contratos assinados na modalidade de repasse de recursos externos (Resolução CMN 3.844/2010): PDMG e PROIR e contrato B.Paribas - Lei Crédito importações financiadas - Moeda: USD.

3- BNB produtur - Moeda: USD e PNAFE/CEF - Moeda: USD

Fonte: Portal da Transparência do Estado de Minas Gerais/ Portal de Informações da Dívida - <http://www.transparencia.mg.gov.br/divida-publica/gestao-da-divida>

ANEXO XI – Projeção Anual do Serviço da Dívida – 2017 a 2048 - Portal de Informações da Dívida / Portal da Transparência do Estado.

Contratos	Estoque	Serviço	Cronograma Financeiro	Operações a contratar	Arrecadações	Limites de Endividamento	PAF
<b>Cronograma Anual do Serviço da Dívida Pública Fundada Estadual / 2017 - 2048</b>							
							Valores em R\$
	2017	2018	2019	2020	2021	2022	
Dívida Interna	3.650.745.668	6.447.960.828	6.782.760.219	7.004.310.674	7.179.777.603	7.335.161.196	
Dívida Externa	743.210.773	1.195.772.339	1.336.746.996	1.345.568.174	1.324.309.228	1.280.881.424	
Op. A Contratar (1)	5.495.688	20.901.940	64.881.462	69.327.018	74.020.333	193.993.241	
<b>Total</b>	<b>4.399.452.129</b>	<b>7.664.635.107</b>	<b>8.184.388.677</b>	<b>8.419.205.866</b>	<b>8.578.107.164</b>	<b>8.810.035.861</b>	
	2023	2024	2025	2026	2027	2028	
Dívida Interna	7.499.646.603	7.574.120.483	7.169.241.234	7.133.154.528	7.095.411.910	7.055.893.496	
Dívida Externa	1.232.391.958	1.167.210.736	1.118.622.358	1.086.578.925	1.056.926.442	647.686.479	
Op. A Contratar (1)	191.928.463	188.388.804	185.096.202	180.417.823	177.479.779	174.676.031	
<b>Total</b>	<b>8.923.967.025</b>	<b>8.929.720.023</b>	<b>8.472.959.794</b>	<b>8.400.151.276</b>	<b>8.329.818.131</b>	<b>7.878.256.007</b>	
	2029	2030	2031	2032	2033	2034	
Dívida Interna	7.019.044.795	6.983.619.236	6.947.757.020	6.880.655.115	6.270.206.575	6.053.273.012	
Dívida Externa	522.938.690	504.996.548	478.522.943	461.360.845	342.440.710	333.335.819	
Op. A Contratar (1)	171.544.382	168.541.981	165.515.293	162.586.506	159.398.012	156.302.434	
<b>Total</b>	<b>7.713.527.866</b>	<b>7.657.157.765</b>	<b>7.591.795.256</b>	<b>7.504.602.467</b>	<b>6.772.045.297</b>	<b>6.542.911.264</b>	
	2035	2036	2037	2038	2039	2040	
Dívida Interna	6.057.171.681	6.058.745.485	6.022.489.057	6.020.263.258	6.035.679.297	5.910.567.746	
Dívida Externa	299.165.028	286.052.398	273.849.225	150.805.170	122.831.651	72.039.902	
Op. A Contratar (1)	153.181.021	150.119.923	146.869.465	143.674.422	140.451.942	137.250.962	
<b>Total</b>	<b>6.509.517.729</b>	<b>6.494.917.806</b>	<b>6.443.207.748</b>	<b>6.314.742.850</b>	<b>6.298.962.890</b>	<b>6.119.858.610</b>	
	2041	2042	2043	2044	2045	2046	
Dívida Interna	5.921.403.319	5.932.240.909	5.943.078.498	5.953.918.120	5.964.753.678	5.996.913.204	
Dívida Externa	69.177.522	19.631.359	0	0	0	0	
Op. A Contratar (1)	133.670.508	26.271.258	25.074.734	23.866.906	22.599.836	0	
<b>Total</b>	<b>6.124.251.348</b>	<b>5.978.143.526</b>	<b>5.968.153.232</b>	<b>5.977.785.026</b>	<b>5.987.353.514</b>	<b>5.996.913.204</b>	
	2047	2048					
Dívida Interna	6.005.624.875	499.386.919					
Dívida Externa	0	0					
Op. A Contratar (1)	0	0					
<b>Total</b>	<b>6.005.624.875</b>	<b>499.386.919</b>					

Fonte: Portal da Transparência do Estado de Minas Gerais/ Portal de Informações da Dívida - <http://www.transparencia.mg.gov.br/divida-publica/gestao-da-divida>

ANEXO XII – Controle Financeiro Mensal – Serviço da Dívida Pública Fundada Estadual - Portal de Informações da Dívida.

Fonte: Portal de Informações da Dívida – Diretoria Central de Gestão da Dívida Pública –DCD/SCGOV

ANEXO XII.1 – Controle Financeiro Mensal - Setembro/2017 – Serviço da Dívida Pública Fundada Estadual - Portal de Informações da Dívida.

mg.gov.br			DÍVIDA PÚBLICA FUNDADA ESTADUAL																										
SEF			Secretaria de Estado de Fazenda																										
Início			Contratos			Estoque			Serviço			Cronograma Financeiro			Arrecadações			Programação Orçamentária			Operações a contratar			Garantias a terceiros			Legislação		
Valores em R\$																													
Serviço da Dívida Pública Fundada Estadual - Setembro/2017																													
Contratos	Dt. Vencto.	Dt. Pgto.	Amortização			Juros			Encargos			Total Geral																	
			RPG 2016	2017	Total	RPG 2016	2017	Total	RPG 2016	2017	Total	RPG 2016	2017	Total															
<b>DÍVIDA INTERNA</b>			-	83.666.301,87	83.666.301,87	-	194.678.286,21	194.678.286,21	-	1.214.169,35	1.214.169,35	-	279.558.759,43	279.558.759,43															
PAC PREV CONTAGEM	05/09/17	05/09/17	-	274.347,68	274.347,68	-	611.432,18	611.432,18	-	132.476,97	132.476,97	-	10.072,36	1.018.256,83															
PAC PREV BETIM	05/09/17	05/09/17	-	-	-	-	1.518.587,55	1.518.587,55	-	329.027,30	329.027,30	-	10.073,36	1.847.614,85															
PAC PREV MURIAE	05/09/17	05/09/17	-	180.307,56	180.307,56	-	384.684,15	384.684,15	-	83.348,23	83.348,23	-	10.074,36	648.339,93															
BB PEF I	15/09/17	15/09/17	-	1.904.567,57	1.904.567,57	-	225.550,47	225.550,47	-	-	-	-	2.130.118,05	2.130.118,05															
BNDES 231 - FASE 2	15/09/17	15/09/17	-	312.732,02	312.732,02	-	78.031,57	78.031,57	-	-	-	-	390.763,59	390.763,59															
BNDES PEF II	15/09/17	15/09/17	-	2.856.851,36	2.856.851,36	-	592.339,56	592.339,56	-	-	-	-	3.449.190,92	3.449.190,92															
BNDES PMAE	15/09/17	15/09/17	-	79.940,84	79.940,84	-	7.351,84	7.351,84	-	-	-	-	87.292,68	87.292,68															
BNDES PDI - I	15/09/17	15/09/17	-	1.758.754,76	1.758.754,76	-	681.642,34	681.642,34	-	-	-	-	2.440.397,10	2.440.397,10															
BNDES PDI - II	15/09/17	15/09/17	-	3.113.588,82	3.113.588,82	-	1.180.473,61	1.180.473,61	-	-	-	-	4.294.062,44	4.294.062,44															
BNDES PROMINVEST	15/09/17	15/09/17	-	6.189.154,95	6.189.154,95	-	6.746.277,92	6.746.277,92	-	-	-	-	12.935.432,88	12.935.432,88															
BNB PRODETUR	27/09/17	27/09/17	-	2.555.470,63	2.555.470,63	-	601.665,09	601.665,09	-	541.059,64	541.059,64	-	3.698.195,36	3.698.195,36															
REFINANÇ LEI Nº 9.496	30/09/17	02/10/17	-	-	-	-	173.653.148,34	173.653.148,34	-	128.257,20	128.257,20	-	173.781.405,54	173.781.405,54															
PARCELAM STF-MS 34.122	30/09/17	02/10/17	-	57.779.893,49	57.779.893,49	-	2.182.888,96	2.182.888,96	-	-	-	-	59.962.782,45	59.962.782,45															
PARCELAM IFSM	28/09/17	28/09/17	-	-	-	-	3.067.234,10	3.067.234,10	-	-	-	-	3.067.234,10	3.067.234,10															
INSS	30/09/17	28/09/17	-	4.121.888,91	4.121.888,91	-	1.951.691,89	1.951.691,89	-	-	-	-	6.073.580,80	6.073.580,80															
PASEP	30/09/17	28/09/17	-	2.538.803,28	2.538.803,28	-	1.195.288,65	1.195.288,65	-	-	-	-	3.734.091,93	3.734.091,93															
<b>DÍVIDA EXTERNA</b>			-	33.227.954,69	33.227.954,69	-	17.266.201,39	17.266.201,39	-	-	-	-	50.494.156,08	50.494.156,08															
BIRD 7871 (2ª Parcela Adic)	15/09/17	13/09/17	-	33.227.954,69	33.227.954,69	-	17.266.201,39	17.266.201,39	-	-	-	-	50.494.156,08	50.494.156,08															
<b>TOTAL</b>			-	116.894.256,56	116.894.256,56	-	211.944.489,61	211.944.489,61	-	1.214.169,35	1.214.169,35	-	330.052.915,52	330.052.915,52															

\* RPG 2016: Restos a Pagar referente ao orçamento 2016.

Fonte: Portal de Informações da Dívida – Diretoria Central de Gestão da Dívida Pública –DCD/SCGOV

ANEXO XIII – Operações de Crédito a Contratar - Portal de Informações da Dívida / Portal da Transparência do Estado.

Menu		Gestão da dívida									
Você está aqui: <a href="#">Página Principal</a> / <a href="#">Dívida pública</a> / <a href="#">Gestão da dívida</a>											
Gestão da dívida											
Contratos	Estoque	Serviço	Cronograma Financeiro	Operações a contratar	Arrecadações	Limites de Endividamento	PAF				
<b>Operações de Crédito em Fase de Contratação</b>											
Programa PAC Mobilidade - Metro BH											
Programa de Infraestrutura Logística de Minas Gerais											
PMAE Defensorias											
Programa de Fortalecimento da Segurança Cidadã											
Programa de Apoio à Inovação e Melhoria da Produtividade Industrial de Minas Gerais											
BID PROFISCO II											
Programa Caminhos de Minas											

Fonte: Portal da Transparência do Estado de Minas Gerais/ Portal de Informações da Dívida - <http://www.transparencia.mg.gov.br/divida-publica/gestao-da-divida>

ANEXO XIII.1 – Acompanhamento do Processo de Contratação de Operações de Crédito a Contratar – Programa PAC Metrô - Portal de Informações da Dívida / Portal da Transparência do Estado.

Menu
Gestão da dívida

Você está aqui: [Página Principal](#) / [Dívida pública](#) / [Gestão da dívida](#)

Gestão da dívida

Contratos
Estoque
Serviço
Cronograma Financeiro
Operações a contratar
Arrecadações
Limites de Endividamento
PAF

**PROGRAMA PAC METRO**

LEI AUTORIZATIVA  
Lei Estadual 20.574, de 21 de dezembro de 2012

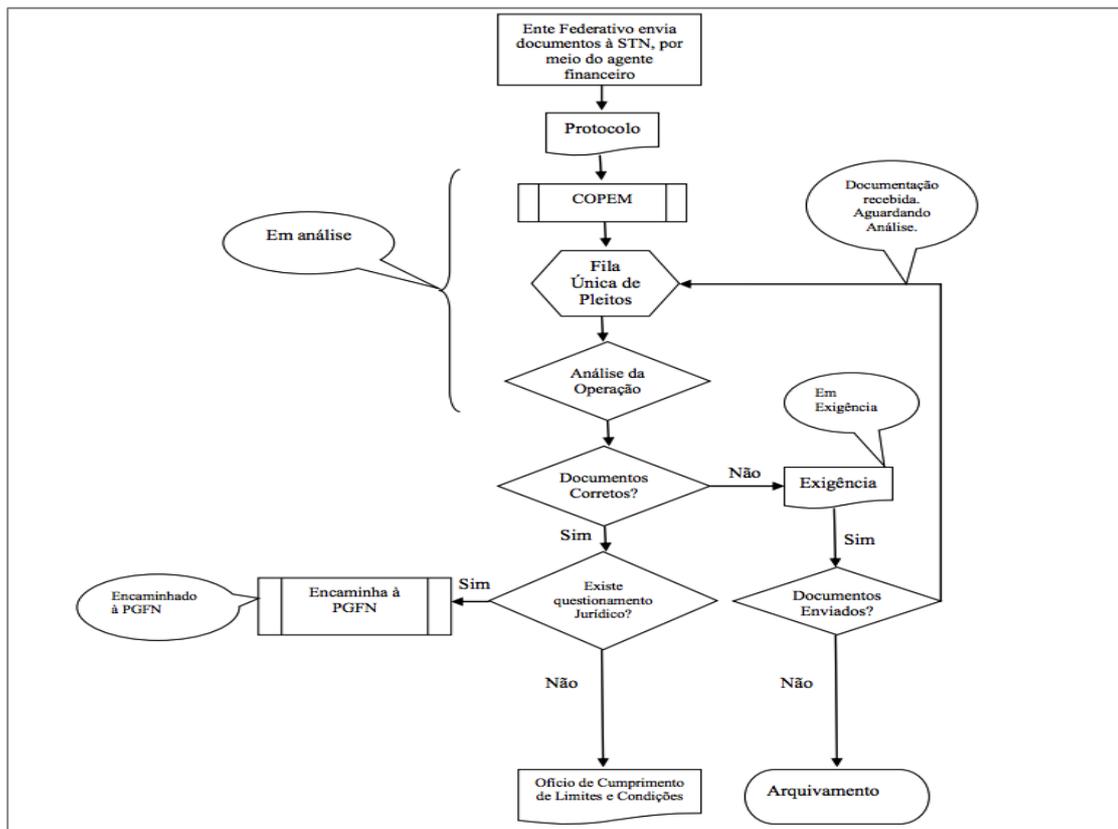
STATUS - PROCESSO DE CONTRATAÇÃO DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO  
OPERAÇÃO DE CRÉDITO INTERNO COM GARANTIA DA UNIÃO NÃO PROTOCOLADA NA STN.

	Valor	Status	Responsabilidade	Atualização
R\$	350.000.069,00	> Projeto está sendo acompanhado pela Diretoria de Projetos e Obras, da Metrominas.	Metrominas	14/06/2017

<< Voltar

Fonte: Portal da Transparência do Estado de Minas Gerais/ Portal de Informações da Dívida - <http://www.transparencia.mg.gov.br/divida-publica/gestao-da-divida>

ANEXO XIV – Fluxo do Processo de Contratação de Operações de Crédito Interna – Manual de Instrução de Pleitos - STN.



Fonte: - Manual de Instrução de Pleitos – MIP/STN - [www.tesouro.fazenda.gov.br](http://www.tesouro.fazenda.gov.br)

ANEXO XV – Comunicações Oficiais - Processo de Contratação de Operações de Crédito – Manual de Instrução de Pleitos - STN.

DOCUMENTO OFICIAL	EMISSÃO	RECEBIMENTO	EMENTA	RESPOSTA
Fax - Secretaria Executiva da COFEX	23/12/2014	29/12/2014	Retira de pauta o pleito relativo ao Programa de Infraestrutura Logística de Minas Gerais	-
OF SEC.GERAL nº 2087/14	19/11/2014	01/12/2014	Manifestação do BID quanto ao desejo do Estado na abertura de processo licitatório para futura contratação das obras planejadas	-
Ajuda-Memória Missão BID	27/08/2014	27/08/2014	Resultados da Missão BID realizada no período de 25 a 27 de agosto de 2014.	-
Retificação Resumo da Carta Consulta nº 60074	06/08/2014	06/08/2014	Informações inerentes ao Marco de Referência, ao Projeto e ao Financiamento.	-
FAX - Mensagem nr. 60	02/05/2014	02/05/2014	Reunião com o grupo técnico da COFEX a realizar-se no dia 07/05/2014.	-
Resumo da Carta Consulta nº 60074	02/04/2014	02/04/2014	Informações inerentes ao Marco de Referência, ao Projeto e ao Financiamento.	-

Fonte: Portal de Informações da Dívida – Diretoria Central de Gestão da Dívida Pública –DCD/SCGOV

ANEXO XVI – Desembolsos Projetadas de Recursos de Operações de Crédito Contratadas e a Contratar - Portal de Informações da Dívida / Portal da Transparência do Estado.

**Arrecadações Projetadas**

**A- Operações a contratar com pleito não protocolado** jun/17

Contrato	Ag. Financeiro	Valores em R\$					
		2017	2018	2019	2020	2021	2022
Prog. PAC Metrô - RMBH	BNDES	70.000.000	280.000.069	0	0	0	0
Prog. de Infraestrutura Logística (2)	BID	496.777.490	771.306.587	0	0	0	0
Prog. Caminhos de Minas	BID	47.238.087	49.188.807	0	0	0	0
BID Profisco	BID	10.140.869	192.779.170	0	0	0	0
Prog. de Fortalec. da Segurança Cidadã	BID	1.823.723	184.110.277	0	0	0	0
<b>Subtotal (A)</b>		<b>625.980.169</b>	<b>1.477.384.911</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>

**B- Operações a contratar com pleito protocolado** jun/17

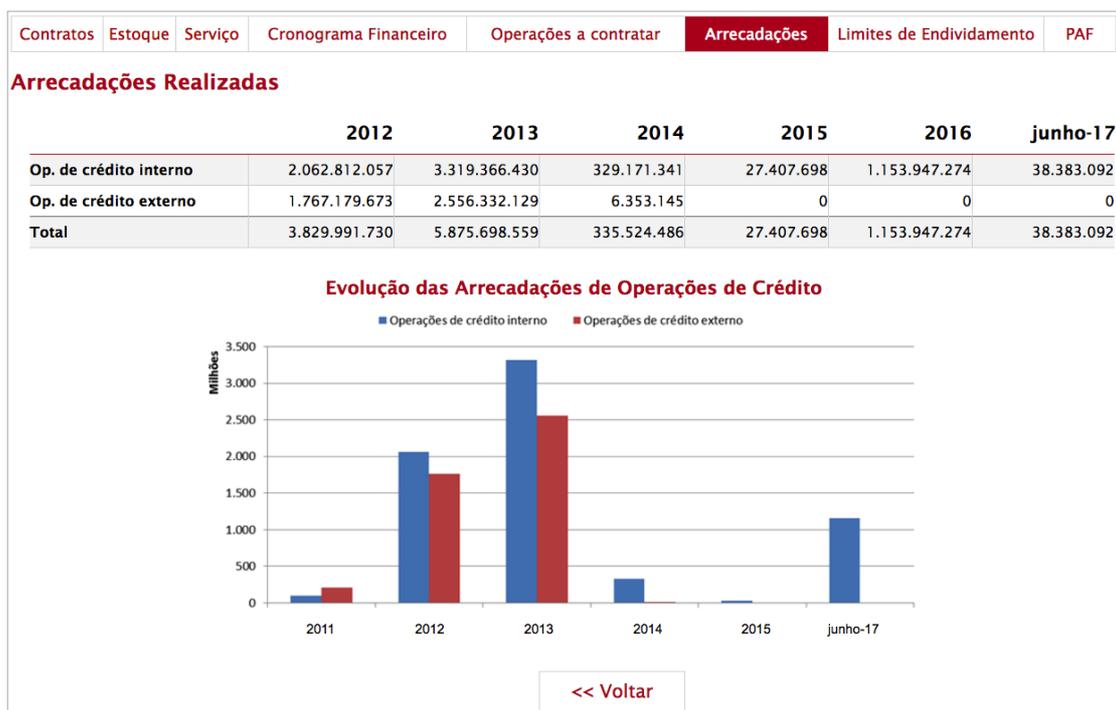
Contrato	Ag. Financeiro	Valores em R\$					
		2016	2017	2018	2019	2020	2021
Prog. Apoio à Inovação	BID	7.034.000	634.000	0	0	0	0
PMAE Defensorias	BNDES	39.540.974	93.269.026	0	0	0	0
<b>Subtotal (B)</b>		<b>46.574.974</b>	<b>93.903.026</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>

**C- Operações em execução** jun/17

Contrato	Ag. Financeiro	Valores em R\$					
		2016	2017	2018	2019	2020	2021
Prog. PAC Prevenção Betim	CAIXA	31.943.008	0	0	0	0	0
Prog. PAC Prevenção Contagem	CAIXA	94.489.791	15.317.758	0	0	0	0
Prog. PAC Prevenção Muriaé	CAIXA	183.413.986	47.732.813	0	0	0	0
Prog. Desenv. Integrado 1 - PDI-I	BNDES	82.460.528	0	0	0	0	0
Proinveste (Res. CMN 4109/2012)	BNDES	23.593.641	0	0	0	0	0
Prog. Desenv. Integrado 2 - PDI-II	BNDES	192.395.783	14.909.882	0	0	0	0
Sist. Rod. Vale do Aço - 231 - 2ª Fase	BNDES	3.799.000	0	0	0	0	0
Prog. de Infraest. Rodoviária - PROIR	BCO BRASIL	73.105.673	0	0	0	0	0
<b>Subtotal (C)</b>		<b>685.201.410</b>	<b>77.960.454</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>
<b>Total (A+B+C)</b>		<b>1.357.756.552</b>	<b>1.649.248.391</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>

Fonte: Portal da Transparência do Estado de Minas Gerais/ Portal de Informações da Dívida - <http://www.transparencia.mg.gov.br/divida-publica/gestao-da-divida>

*ANEXO XVI.1 – Arrecadações Realizadas de Recursos de Operações de Crédito - Portal de Informações da Dívida / Portal da Transparência do Estado.*



Fonte: Portal da Transparência do Estado de Minas Gerais/ Portal de Informações da Dívida - <http://www.transparencia.mg.gov.br/divida-publica/gestao-da-divida>

*ANEXO XVII – Limites de Endividamento estabelecidos pelo Senado Federal - Portal de Informações da Dívida / Portal da Transparência do Estado.*

PORTAL DA TRANSPARÊNCIA DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Início O que é o portal Legislação Informações Gerais Glossário Perguntas frequentes Fale conosco

Estou procurando por...

Menu **Gestão da dívida**

Você está aqui: [Página Principal](#) / [Dívida pública](#) / [Gestão da dívida](#)

**Gestão da dívida**

Contratos	Estoque	Serviço	Cronograma Financeiro	Operações a contratar	Arrecadações	Limites de Endividamento	PAF
-----------	---------	---------	-----------------------	-----------------------	--------------	--------------------------	-----

**Regra de Ouro**  
Desp. Capital > Op. crédito realizadas

**Operações de Crédito - Fluxo**  
Op. crédito realizadas < 16% RCL

**Operações de Crédito - Dispêndio**  
Dispêndio < 11,5% RCL

**Operações de Crédito - Estoque**  
Limite da relação DCL/RCL = 200%

Fonte: Portal da Transparência do Estado de Minas Gerais/ Portal de Informações da Dívida - <http://www.transparencia.mg.gov.br/divida-publica/gestao-da-divida>

ANEXO XVII.1 – Regra de Ouro - Limites de Endividamento: Art.6º, §1º, RSF nº 43/2001 (art. 167, inciso III, CF; art. 32, § 3º, da Lei Complementar nº 101/2000).

Menu		Gestão da dívida					
Você está aqui: <a href="#">Página Principal</a> / <a href="#">Dívida pública</a> / <a href="#">Gestão da dívida</a>							
Gestão da dívida							
<a href="#">Contratos</a>	<a href="#">Estoque</a>	<a href="#">Serviço</a>	<a href="#">Cronograma Financeiro</a>	<a href="#">Operações a contratar</a>	<a href="#">Arrecadações</a>	<b>Limites de Endividamento</b>	<a href="#">PAF</a>
<b>Regra de Ouro - Limite: Despesas Capital &gt; Receita Operações de Crédito realizadas</b>							
Art.6º, §1º, RSF nº 43/2001 (art. 167, inciso III, CF; art. 32, § 3º, da Lei Complementar nº 101/2000)							
Variações do Indicador - preços correntes						Valores em R\$	
	2012	2013	2014	2015	2016		
A- Receita de Operações de Crédito	3.829.991.730	5.875.698.559	335.524.486	27.407.698	1.153.947.274		
B- Despesas de Capital	7.595.857.280	10.856.434.676	8.527.147.347	7.113.270.289	4.580.624.352		
<b>A/B</b>	<b>50,42%</b>	<b>54,12%</b>	<b>3,93%</b>	<b>0,39%</b>	<b>25,19%</b>		
Enquadramento Regra de Ouro						Valores em R\$	
	2016	2017					
A- Receita de Operações de Crédito	1.153.947.274	1.396.139.644					
B- Despesas de Capital	4.580.624.352	5.378.855.618					
<b>A/B</b>	<b>25,19%</b>	<b>25,96%</b>					
Despesa de Capital 2016 - RREO 6º BIMESTRE DE 2016 - DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL							
						<a href="#">&lt;&lt; Voltar</a>	

Fonte: Portal da Transparência do Estado de Minas Gerais/ Portal de Informações da Dívida - <http://www.transparencia.mg.gov.br/divida-publica/gestao-da-divida>

ANEXO XVII.2 – Limite de Arrecadações - Limites de Endividamento: Art. 7º, inciso I, RSF nº 43/2001.

Menu		Gestão da dívida					
Você está aqui: <a href="#">Página Principal</a> / <a href="#">Dívida pública</a> / <a href="#">Gestão da dívida</a>							
Gestão da dívida							
<a href="#">Contratos</a>	<a href="#">Estoque</a>	<a href="#">Serviço</a>	<a href="#">Cronograma Financeiro</a>	<a href="#">Operações a contratar</a>	<a href="#">Arrecadações</a>	<b>Limites de Endividamento</b>	<a href="#">PAF</a>
<b>Limite: Arrecadações &lt; 16% Receita Corrente Líquida - RCL</b>							
Art. 7º, inciso I, RSF nº 43/2001							
Trajetória do limite das operações de crédito - Fluxo							
	2011	2012	2013	2014	2015	2016	
A- Op. de Crédito realizadas	1.598.424.812	304.493.669	3.829.991.730	5.875.698.559	335.524.486	1.153.947.274	
B- Receita Corrente Líquida	33.179.151.679	37.284.183.548	40.371.093.301	43.141.298.800	47.644.235.436	53.731.469.131	
<b>A/B</b>	<b>4,82%</b>	<b>0,82%</b>	<b>9,49%</b>	<b>13,62%</b>	<b>0,70%</b>	<b>2,15%</b>	
Tendências para o limite das operações de crédito - FLUXO							
	2017	2018	2019	2020	2021	2022	
A- Operações de Crédito	1.396.139.644	1.649.248.391	0	0	0	0	
B- Receita Corrente Líquida	54.884.471.654	56.062.216.005	57.265.233.111	58.494.065.289	59.749.266.495	61.031.402.571	
<b>A/B</b>	<b>2,54%</b>	<b>2,94%</b>	<b>0,00%</b>	<b>0,00%</b>	<b>0,00%</b>	<b>0,00%</b>	
Projeção da Receita Corrente Líquida a partir da última publicada em 30/01/2017, no valor de R\$ 53.731.469.131,32, mediante aplicação do fator de projeção da STN: 1,0214586078							
						<a href="#">&lt;&lt; Voltar</a>	

Fonte: Portal da Transparência do Estado de Minas Gerais/ Portal de Informações da Dívida - <http://www.transparencia.mg.gov.br/divida-publica/gestao-da-divida>

**ANEXO XVII.3 – Limite Anual de Despesas com o Serviço da Dívida Pública Fundada Estadual - Limites de Endividamento: Art. 7º, inciso II, RSF nº 43/2001.**

Menu
Gestão da dívida

Você está aqui: [Página Principal](#) / [Dívida pública](#) / [Gestão da dívida](#)

Gestão da dívida

Contratos Estoque Serviço Cronograma Financeiro Operações a contratar Arrecadações Limites de Endividamento PAF

**Limite: Despesas Anuais Serviço da Dívida < 11,5% Receita Corrente Líquida - RCL**  
Art. 7º, inciso II, RSF nº 43/2001

2017-2029	2017-2032	2017-2035	2017-2040
9,62%	9,14%	8,57%	7,79%

**Média da relação entre o serviço da dívida e a Receita Corrente Líquida**

Período	Média da relação	Limite definido
2017-2029	9,62%	11,50%
2017-2032	9,14%	11,50%
2017-2035	8,57%	11,50%
2017-2040	7,79%	11,50%

O cumprimento do limite das operações de crédito (dispêndio) é apurado pela média anual da relação entre o serviço da dívida previsto e a Receita Corrente Líquida projetada, levando-se em consideração, alternativamente, o que for mais benéfico: todos os exercício financeiros em que houver pagamentos previstos da operação de crédito pretendida ou os exercícios financeiros em que houver pagamentos até 31 de dezembro de 2027. As médias apresentadas no gráfico consideram os fluxos das operações de crédito a contratar pretendidas pelo Estado e, ainda, os efeitos do Projeto de Lei Parlamentar nº 257/2016, que altera as condições atualmente previstas na lei 9.496/97.

**Observação:**  
 Projeção da Receita Corrente Líquida a partir da última publicada em 30/01/2017, no valor de R\$ 53.731.469.131,32, mediante aplicação do fator de projeção da STN: 1,0214586078

<< Voltar

Fonte: Portal da Transparência do Estado de Minas Gerais/ Portal de Informações da Dívida - <http://www.transparencia.mg.gov.br/divida-publica/gestao-da-divida>

**ANEXO XVII.4 – Limite de Estoque da Dívida Pública Fundada Estadual - Limites de Endividamento: Art. 7º, inciso III, RSF nº 43/2001.**

Menu
Gestão da dívida

Você está aqui: [Página Principal](#) / [Dívida pública](#) / [Gestão da dívida](#)

Gestão da dívida

Contratos Estoque Serviço Cronograma Financeiro Operações a contratar Arrecadações Limites de Endividamento PAF

**Limite: Relação "Dívida Consolidada Líquida/Receita Corrente Líquida" = 200%**  
Art. 7º, inciso III, RSF nº 43/2001

	2011	2012	2013	2014	2015	2016
DCL/RCL (%)	174,54%	183,37%	178,97%	198,61%	199,90%	178,30%

**Gráfico - Relação entre DCL e RCL (%)**

Limite das Operações de Crédito - Estoque	
DCL	97.918.349.129,88
RCL	54.917.143.339,19
DCL/RCL	178,30%

Fonte: Relatório de Gestão Fiscal/1º quadrimestre de 2017

<< Voltar

Fonte: Portal da Transparência do Estado de Minas Gerais/ Portal de Informações da Dívida - <http://www.transparencia.mg.gov.br/divida-publica/gestao-da-divida>

*ANEXO XVIII – Metas do Programa de Apoio à Reestruturação e Ajuste Fiscal - Portal de Informações da Dívida / Portal da Transparência do Estado.*

Menu Gestão da dívida

Você está aqui: [Página Principal](#) / [Dívida pública](#) / [Gestão da dívida](#)

Gestão da dívida

[Contratos](#) [Estoque](#) [Serviço](#) [Cronograma Financeiro](#) [Operações a contratar](#) [Arrecadações](#) [Limites de Endividamento](#) **PAF**

**Programa de Reestruturação e Ajuste Fiscal - PAF**

O Programa de Reestruturação e Ajuste Fiscal do Estado de Minas Gerais, parte integrante do Contrato de Renegociação da Dívida Estadual com o governo federal, nº 004/98/STN/COAFI, no âmbito da Lei 9.496/97 e da Resolução do Senado Federal 44/98, tem o objetivo de viabilizar a sustentação fiscal e financeira do Estado em bases permanentes.

O PAF configura-se como um instrumento de gerenciamento das contas públicas do Estado, definindo estratégias, ações e metas que deverão ser cumpridas pelo Estado até a total liquidação do débito decorrente do contrato.

Meta 1 - Dívida Financeira em relação à Receita Líquida Real (RLR)
Meta 2 - Resultado Primário
Meta 3 - Despesa com o Funcionalismo Público
Meta 4 - Receitas de Arrecadação Própria
Meta 5 - Reforma do Estado, Ajuste Patrimonial e Alienação de Ativos
Meta 6 - Despesas de Investimentos em relação à Receita Líquida Real (RLR)

Fonte: Portal da Transparência do Estado de Minas Gerais/ Portal de Informações da Dívida - <http://www.transparencia.mg.gov.br/divida-publica/gestao-da-divida>

*ANEXO XVIII.1 – Meta do Programa de Apoio à Reestruturação e Ajuste Fiscal - Portal de Informações da Dívida / Portal da Transparência do Estado.*

Você está aqui: [Página Principal](#) / [Dívida pública](#) / [Gestão da dívida](#)

Gestão da dívida

[Contratos](#) [Estoque](#) [Serviço](#) [Cronograma Financeiro](#) [Operações a contratar](#) [Arrecadações](#) [Limites de Endividamento](#) **PAF**

**META 1 - Dívida Financeira em relação à Receita Líquida Real (RLR)**

Estabelece não ultrapassar, em cada ano, o limite da relação D/RLR da trajetória especificada no Programa até que a dívida financeira total do Estado (D) seja igual ou inferior à receita líquida real (RLR) anual.

	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014
REALIZADO	2,73	2,50	3,36	3,15	2,91	3,09	3,17	2,81	2,58	2,40	2,28	2,41	2,29	2,24	2,19	2,27	2,26
META	2,55	2,57	3,41	3,17	3,11	3,10	3,35	3,09	2,63	2,61	2,39	2,42	2,50	2,28	2,28	2,39	2,36

**RELAÇÃO DA DÍVIDA FINANCEIRA/RECEITA LÍQUIDA REAL**

<< Voltar

Fonte: Portal da Transparência do Estado de Minas Gerais/ Portal de Informações da Dívida - <http://www.transparencia.mg.gov.br/divida-publica/gestao-da-divida>

**ANEXO XIX– Relatórios de Avaliação Anual - Programa de Apoio à Reestruturação e Ajuste Fiscal - Portal de Informações da Dívida / Portal da Transparência do Estado.**

**mg.gov.br** DÍVIDA PÚBLICA FUNDADA ESTADUAL

**SEFA**  
Secretaria de Estado de Fazenda

[Início](#)
[Contratos](#)
[Estoque](#)
[Serviço](#)
[Cronograma Financeiro](#)
[Arrecadações](#)
[Orçamento](#)
[Operações a contratar](#)
[Leis Autorizativas](#)
**PAF**

**RELATÓRIOS DE AVALIAÇÃO DO PROGRAMA DE REESTRUTURAÇÃO E AJUSTE FISCAL**

- RELATÓRIO 2002
- RELATÓRIO 2003
- RELATÓRIO 2004
- RELATÓRIO 2005
- RELATÓRIO 2006
- RELATÓRIO 2007
- RELATÓRIO 2008
- RELATÓRIO 2009
- RELATÓRIO 2010
- RELATÓRIO 2011
- RELATÓRIO 2012
- RELATÓRIO 2013
- RELATÓRIO 2014
- RELATÓRIO 2015

O relatório constitui a avaliação da execução do Programa de Reestruturação e Ajuste Fiscal do Estado de Minas Gerais em cada exercício e das perspectivas para o período futuro, compondo-se dos seguintes itens:
 

- Análise geral dos aspectos característicos da situação fiscal do Estado de Minas Gerais, dos fatores explicativos e, principalmente, das ações do Governo Estadual que contribuíram para os resultados alcançados;
- Avaliação das metas e compromissos do Programa de Reestruturação e Ajuste Fiscal;
- Análise das perspectivas fiscais para o período futuro, com projeções dos principais itens de receitas e despesas orçamentárias.

Os avanços financeiros alcançados pelo estado nos últimos anos e revelados pela evolução dos indicadores do Programa de Reestruturação e Ajuste Fiscal criaram base concreta para assegurar o crescimento de Minas.

A situação fiscal mineira tem evoluído positivamente e os resultados alcançados referendam uma gestão pública responsável com reconhecimento tanto dos outros entes da federação quanto de organismos internacionais.

No contexto da reorganização administrativa vivenciada pelo Estado, destacam-se as inovações no funcionamento da máquina pública, o equilíbrio fiscal obtido a partir de 2004, a retomada dos investimentos como fruto do saneamento das contas públicas e o crescimento da economia mineira.

Diretoria Central de Gestão da Dívida Pública - scgovdcd@fazenda.mg.gov.br  
 Superintendência Central de Governança de Ativos e da Dívida Pública - Subsecretaria do Tesouro Estadual

Fonte: Portal de Informações da Dívida – Diretoria Central de Gestão da Dívida Pública –DCD/SCGOV

**ANEXO XIX– Legislação - Programa de Apoio à Reestruturação e Ajuste Fiscal - Portal de Informações da Dívida / Portal da Transparência do Estado.**

**mg.gov.br** DÍVIDA PÚBLICA FUNDADA ESTADUAL

**SEFA**  
Secretaria de Estado de Fazenda

[Início](#)
[Contratos](#)
[Estoque](#)
[Serviço](#)
[Cronograma Financeiro](#)
[Arrecadações](#)
[Orçamento](#)
[Operações a contratar](#)
[Leis Autorizativas](#)
**PAF**

**DISPOSITIVOS LEGAIS - PROGRAMA DE REESTRUTURAÇÃO E AJUSTE FISCAL**

- Resolução Senado Federal nº 44/1998**

Autoriza o Estado de Minas Gerais a contratar operação de refinanciamento de dívidas mobiliária e contratual do Estado, com base no protocolo de acordo firmado entre a União e o Estado de Minas Gerais, no âmbito do Programa de Apoio à Reestruturação e ao Ajuste Fiscal dos Estados.
- Portaria MF nº 106/2012**

Regulamenta os procedimentos e as competências, no âmbito da Secretaria do Tesouro Nacional.
- Decreto Estadual nº 44.493/2007**

Delegação de Competência ao Secretário de Estado de Fazenda, relacionada ao Contrato nº 004/98/STN/COAFI de Renegociação da dívida estadual com a União.
- Resolução Estadual nº 4.543/2013**

Cria o Grupo Deliberativo Responsável Pelo Gerenciamento do Programa de Reestruturação e Ajuste Fiscal do Estado de Minas Gerais – GDPAF e o Núcleo de Acompanhamento do Programa de Reestruturação e Ajuste Fiscal do Estado de Minas Gerais - NAPAF.

Diretoria Central de Gestão da Dívida Pública - scgovdcd@fazenda.mg.gov.br  
 Superintendência Central de Governança de Ativos e da Dívida Pública - Subsecretaria do Tesouro Estadual

Fonte: Portal de Informações da Dívida – Diretoria Central de Gestão da Dívida Pública –DCD/SCGOV

ANEXO XIX.1 – Anexo V – Demonstrativo das Operações de Crédito a Contratar - Portal de Informações da Dívida / Portal da Transparência do Estado.

mg.gov.br **DÍVIDA PÚBLICA FUNDADA ESTADUAL**

SEFA Secretaria de Estado de Fazenda

Início Contratos Estoque Serviço Cronograma Financeiro Arrecadações Orçamento Operações a contratar Leis Autorizativas PAF

PAF - METAS

PAF - REVISÕES ANUAIS

RELATÓRIOS

OFÍCIOS

LEGISLAÇÃO

ANEXO V

ÚLTIMO PEDIDO REDISTRIBUIÇÃO (ANEXO V)

ÚLTIMA REDISTRIBUIÇÃO APROVADA PELA STN / MF

PROGRAMA DE REESTRUTURAÇÃO E AJUSTE FISCAL  
ANEXO V - DEMONSTRATIVO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO

Estado MG  
Em R\$ Mil de 31/12/2014

Classificação	Programas/Projetos	Ent. Financeira	2014	2015	2016	2017	2018	Total
1.1.2	Regularização da Assunção da Dívida da EMGEA	A definir	67.278	-	-	-	-	67.278
1.2.2	Programa PAC Mobilidade Metrô da RMBH	BNDES	-	350.000	-	-	-	350.000
1.1.2	Programa de Infraestrutura Logística de Minas Gerais	BID	-	600.160	600.160	-	-	1.200.319
1.2.2	PIAAE - Defensorias	BNDES	-	9.859	-	-	-	9.859
1.1.2	Programa de Fortalecimento da Segurança Cidadã	BID	-	163.982	-	-	-	163.982
1.1.2	Prog. de Apoio à Inovação e Melhoria da Produtividade Industrial de Minas Gerais	BID	-	128.370	-	-	-	128.370
1.1.2	PROFISCO II	BID	-	243.123	-	-	-	243.123
1.1.2	Programa Caminhos de Minas	BID	-	84.940	152.218	-	-	237.158
Total			67.278	1.580.434	752.378	-	-	2.400.089

Fonte: Ofício nº 224/2015/COREM/SURIN/STN/MF-DF, de 22 de junho de 2015

Classificação (3 dígitos) TGS

S- Situação

T- Titularidade

- Tesouro Estadual
- Outras Entidades do Estado, sendo o serviço da dívida suportado pelo Tesouro Estadual
- Outras Entidades do Estado, sendo o serviço da dívida suportado pelas mesmas
- Digitem do Crédito
  - Externo
  - Interno

S- Situação

- A contratar, enquadrada na regra de exceção prevista no § 8º do art 7º da Resolução do Senado Federal nº 43/01
- A contratar, não enquadrada na regra de exceção prevista no § 8º do art 7º da Resolução do Senado Federal nº 43/01 e enquadrada na regra de exceção prevista no inciso VII do § 9º do art. 9º da Resolução nº 2.827/01, com redação dada pela Resolução nº 4.189/02, ambas do CMV
- Em execução
- A contratar, não enquadrada nas regras de exceção acima

Diretoria Central de Gestão da Dívida Pública - scgovdcd@fazenda.mg.gov.br  
Superintendência Central de Governança de Ativos e da Dívida Pública - Subsecretaria do Tesouro Estadual

Fonte: Portal de Informações da Dívida – Diretoria Central de Gestão da Dívida Pública –DCD/SCGOV

ANEXO XX – Programação Orçamentária do Serviço da Dívida Pública Fundada Estadual - Portal de Informações da Dívida / Portal da Transparência do Estado.

mg.gov.br **DÍVIDA PÚBLICA FUNDADA ESTADUAL**

SEFA Secretaria de Estado de Fazenda

Início Contratos Estoque Serviço Cronograma Financeiro Arrecadações Orçamento Operações a contratar Garantias a terceiros Leis Autorizativas

LOA 2017

LDO 2017 Metas Fiscais

PPAG 2016 - 2019

REVISÃO PPAG 2017

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL - Lei nº 22.476, de 29 de dezembro de 2016

Estimativa das despesas com amortização, juros e encargos

	Amortização	Juros	Encargos	Total
<b>DÍVIDA PÚBLICA FUNDADA ESTADUAL</b>	<b>2.154.913.389</b>	<b>2.189.272.091</b>	<b>61.144.922</b>	<b>4.405.330.402</b>
<b>DÍVIDA INTERNA</b>	<b>1.796.129.467</b>	<b>1.809.635.422</b>	<b>58.053.875</b>	<b>3.666.819.764</b>
Em moeda nacional	1.892.694.810	1.494.315.915	6.746.768	3.092.067.293
União Federal	1.282.551.345	1.263.799.562	1.534.955	2.527.915.862
Banco do Brasil	22.880.756	3.168.919	-	26.049.675
Banco Nacional Desenv. Econ. Social - BNDES	221.148.348	133.726.912	-	354.875.260
Outros Credores	85.994.161	93.620.522	4.211.813	183.826.496
<b>Indexado em moeda estrangeira</b>	<b>205.524.857</b>	<b>315.319.507</b>	<b>53.307.107</b>	<b>574.151.471</b>
União Federal <sup>1</sup>	-	24.889.330	1.154.891	26.044.221
Banco do Brasil <sup>2</sup>	200.386.618	289.425.100	51.075.017	540.886.735
Outros Credores <sup>3</sup>	5.138.239	1.005.077	1.077.199	7.220.515
<b>DÍVIDA EXTERNA</b>	<b>356.783.922</b>	<b>379.636.669</b>	<b>2.091.047</b>	<b>738.511.638</b>
Crédit Suisse	-	231.076.464	-	231.076.464
Banco Intern. Reconstr. e Desenv. - BIRD	293.497.937	78.970.515	-	372.468.452
Banco Interamericano de Desenv. - BID	48.091.246	33.327.504	2.091.047	83.509.797
Agência Francesa de Desenvolvimento - AFD	15.194.739	36.262.186	-	51.456.925

Notas:

1- Dívida de Médio e Longo Prazo – DMLP, remanescente dos contratos de confissão e consolidação de dívidas externas, firmadas ao amparo da Resolução nº 98, do Senado Federal, originárias da reestruturação junto aos credores externos de obrigações vencidas e vincendas do setor público brasileiro - Moeda: USD.

2- Contratos assinados na modalidade de repasse de recursos externos (Resolução CMV 3.844/2010): PDMG e PROIR e contrato B.Paribas - Lei Crédito importações financiadas - Moeda: USD. Contrato J.BIC Processo encerrado em 2012 - Moeda: Iene.

3- BNB Prodetur - Moeda: USD e PNAFE/CEF - Moeda: USD.

Observação:  
As previsões para as dívidas com IPSM (R\$36.806.809 de juros e encargos), PASEP (R\$14.285.876 de juros e encargos e R\$29.733.089 de amortização) e INSS (R\$23.076.765 de juros e encargos e R\$49.462.666 de amortização) estão somadas na linha "outros credores" em moeda nacional.

Diretoria Central de Gestão da Dívida Pública - scgovdcd@fazenda.mg.gov.br  
Superintendência Central de Governança de Ativos e da Dívida Pública - Subsecretaria do Tesouro Estadual

Fonte: Portal de Informações da Dívida – Diretoria Central de Gestão da Dívida Pública –DCD/SCGOV

ANEXO XXI – Legislação - Dívida Pública Fundada Estadual - Portal de Informações da Dívida / Portal da Transparência do Estado.

**mg.gov.br** **DÍVIDA PÚBLICA FUNDADA ESTADUAL**

**SEFA**  
Secretaria de Estado de Fazenda

[Início](#)
[Contratos](#)
[Estoque](#)
[Serviço](#)
[Cronograma Financeiro](#)
[Arrecadações](#)
[Orçamento](#)
[Operações a contratar](#)
[Garantias a terceiros](#)
[Legislação](#)

**LEGISLAÇÃO**

- Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF**  
 . Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000  
 . Lei Complementar nº 148, de 25 de novembro de 2014  
 . Lei Complementar nº 156, de 28 de dezembro de 2016
- Resoluções do Senado Federal**  
 . Resolução do Senado Federal nº 40/2001  
 . Resolução do Senado Federal nº 43/2001  
 . Resolução do Senado Federal nº 48/2007
- Leis Federais**  
 Lei nº 9.496, de 11 de setembro de 1997
- Manual para Instrução de Pleito - MIP**

A contratação de operações de crédito subordina-se às normas da Lei Complementar nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF) e às Resoluções do Senado Federal nº 40 e 43, de 2001.  
 Os limites e condições das garantias concedidas pela União, em operações de crédito contratadas pelo Estado, estão previstos no art. 40 da Lei de Responsabilidade Fiscal e na Resolução do Senado Federal nº 48, de 2007.  
 A LC 148/2014 altera a LC 101/2000, que estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal, dispõe sobre critérios de indexação dos contratos de refinanciamento da dívida com a União.  
 A LC 156/2016 estabelece o plano de auxílio aos Estados e ao Distrito Federal e medidas de estímulo ao equilíbrio fiscal.

As resoluções do Senado Federal, de modo geral, dispõem sobre os limites e as condições que deverão ser atendidos pelos entes para realização de operações de crédito.

A Lei Federal nº 9.496/97 estabelece os critérios para a consolidação, a assunção e o refinanciamento, pela União, da dívida pública mobiliária e outras que especifica, de responsabilidade dos Estados e do Distrito Federal.

O Manual para Instrução de Pleitos (MIP), aprovado por portaria da Secretaria do Tesouro Nacional, regulamenta os procedimentos de instrução dos pedidos de verificação de limites e condições, visando a contratação de operações de crédito.

Diretoria Central de Gestão da Dívida Pública - scgovdcd@fazenda.mg.gov.br  
Superintendência Central de Governança de Ativos e da Dívida Pública - Subsecretaria do Tesouro Estadual

Fonte: Portal de Informações da Dívida – Diretoria Central de Gestão da Dívida Pública –DCD/SCGOV

ANEXO XXII – Leis Autorizativas – Contratação de Operações de Crédito - Portal de Informações da Dívida / Portal da Transparência do Estado.

**mg.gov.br** **DÍVIDA PÚBLICA FUNDADA ESTADUAL**

**SEFA**  
Secretaria de Estado de Fazenda

[Início](#)
[Contratos](#)
[Estoque](#)
[Serviço](#)
[Cronograma Financeiro](#)
[Arrecadações](#)
[Orçamento](#)
[Operações a contratar](#)
[Garantias a terceiros](#)
[Leis Autorizativas](#)

**LEIS AUTORIZATIVAS / PROJETOS DE LEI AUTORIZATIVAS**

PROGRAMA	CREADOR	LEI/PROJETO DE LEI	VALOR	
			MOEDA	R\$
PROG. DE APOIO À INOVAÇÃO E MELHORIA DA PROD. INDUSTRIAL DE MG	BID	<a href="#">LEI Nº 21.342/2014</a>	\$ 50.000.000,00	R\$ 195.240.000,00
PROG. DE INFRAESTRUTURA LOGÍSTICA DE MG	BID	<a href="#">LEI Nº 20.756/2013</a>	\$ 294.509.321,86	R\$ 1.150.000.000,00
PROG. DE FORTALECIMENTO DA SEGURANÇA CIDADÃ	BID	<a href="#">LEI Nº 19.960/2011</a>	\$ 80.000.000,00	R\$ 312.384.000,00
PROG. DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO - MOBILIDADE - METRÔ DA RMBH	BNDES	<a href="#">LEI Nº 20.574/2012</a>	\$ -	R\$ 750.000.000,00
PIMAE DEFENSORIAS	BNDES	<a href="#">LEI Nº 21.095/2013</a>	\$ -	R\$ 11.000.000,00
PIMAE II	BNDES	<a href="#">LEI Nº 20.445/2012</a>	\$ -	R\$ 93.329.487,97
CAMINHOS DE MINAS	CAIXA/BB/CAF/BNDES	<a href="#">LEI Nº 20.251/2012</a>	\$ 225.886.604,92	R\$ 600.000.000,00
<b>TOTAL (A)</b>				<b>R\$ 3.111.953.487,97</b>
<b>PROGRAMA DE AJUSTE FISCAL (PAF)</b>				
			<b>LIMITE AUTORIZADO NO PAF (B)</b>	<b>R\$ 2.554.385.881,10</b>
PROG. DE APOIO À INOVAÇÃO E MELHORIA DA PROD. INDUSTRIAL DE MG	BID	<a href="#">LEI Nº 21.342/2014</a>	-	R\$ 195.240.000,00
PROG. DE INFRAESTRUTURA LOGÍSTICA DE MG	BID	<a href="#">LEI Nº 20.756/2013</a>	-	R\$ 1.404.417.331,70
PROG. DE FORTALECIMENTO DA SEGURANÇA CIDADÃ	BID	<a href="#">LEI Nº 19.960/2011</a>	-	R\$ 273.336.000,00
PROG. DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO - MOBILIDADE - METRÔ DA RMBH	BNDES	<a href="#">LEI Nº 20.574/2012</a>	-	R\$ 350.000.000,00
PIMAE DEFENSORIAS	BNDES	<a href="#">LEI Nº 21.095/2013</a>	-	R\$ 7.668.000,00
PROFISCO II	BID	NÃO POSSUI	-	R\$ 243.123.000,00
CAMINHOS DE MINAS	BID	NÃO POSSUI	-	R\$ 115.531.200,59
<b>TOTAL DE OPERAÇÕES NO PAF (C)</b>				<b>R\$ 2.589.315.532,29</b>
<b>TOTAL DE OPERAÇÕES SEM LEI AUTORIZATIVA NO PAF (D)</b>				<b>R\$ 358.854.200,59</b>
<b>DIFERENÇA ENTRE O TOTAL AUTORIZADO EM LEI / PROJETO DE LEI E O LIMITE AUTORIZADO NO PAF (A-B)</b>				<b>R\$ 557.567.626,87</b>

Obs.: Limite a contratar atualizado nos termos do ofício nº 67/2016/COREM/SURIN/STN/MP-DF, de 10 de fevereiro de 2016

Diretoria Central de Gestão da Dívida Pública - scgovdcd@fazenda.mg.gov.br  
Superintendência Central de Governança de Ativos e da Dívida Pública - Subsecretaria do Tesouro Estadual

Fonte: Portal de Informações da Dívida – Diretoria Central de Gestão da Dívida Pública –DCD/SCGOV

ANEXO XXIII – Garantias Concedidas em Operações de Crédito de Terceiros - Portal de Informações da Dívida / Portal da Transparência do Estado.

mg.gov.br **SEFA** Secretaria de Estado de Fazenda **DÍVIDA PÚBLICA FUNDADA ESTADUAL**

[Início](#)
[Contratos](#)
[Estoque](#)
[Serviço](#)
[Cronograma Financeiro](#)
[Arrecadações](#)
[Orçamento](#)
[Operações a contratar](#)
[Garantias a terceiros](#)
[Leis Autorizativas](#)

➤ GARANTIAS CONCEDIDAS EM OPERAÇÕES DE CRÉDITO CONTRATADAS POR TERCEIROS

GARANTIAS CONCEDIDAS A TERCEIROS		Atualização	Saldos
Aval ou Fiança em Operações de Crédito			
COHAB			641.989.097,64
Lei 8727	abr-17		641.989.097,64
COPASA			311.383.516,40
DMLP	abr-17		80.176.629,06
KFW	abr-17		231.206.887,34
CEMIG			142.731.517,96
DMLP	abr-17		142.731.517,96
KFW	abr-17		0,00
<b>TOTAL DE GARANTIAS CONCEDIDAS (III)</b>			<b>1.096.104.132,00</b>
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)			abr-17 54.917.143.339,19
% DO TOTAL DAS GARANTIAS SOBRE RCL (III/IV)			2,00%
<b>LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL - 22%</b>			<b>12.081.771.534,62</b>

**Art. 9º, RSF 43/2001**  
 O saldo global das garantias concedidas pelos Estados, pelo Distrito Federal e pelos Municípios não poderá exceder a 22% (vinte e dois por cento) da receita corrente líquida, calculada na forma do art. 4º.

Obs.: Receita Corrente Líquida publicada em 30/01/2017

Fonte: Portal de Informações da Dívida – Diretoria Central de Gestão da Dívida Pública –DCD/SCGOV

ANEXO XXIV – Processo de Modernização da Gestão da Dívida - Portal de Informações da Dívida / Portal da Transparência do Estado.



Fonte: Portal de Informações da Dívida – Diretoria Central de Gestão da Dívida Pública –DCD/SCGOV

*ANEXO XXV – Resumo Comparativo: Situação Anterior x Situação Atual.*

SITUAÇÃO ANTERIOR	SITUAÇÃO ATUAL
Controles em duplicidade, não integrados, e múltiplas bases de dados primários.	Base de dados única e controles sistematizados, estruturados com base na dinâmica do negócio e nas demandas habituais, promovendo a racionalização de tarefas e a mitigação de riscos operacionais.
Ineficiência do processo de geração de informações para subsidiar o processo decisório e atender demandas externas.	Consistência, integridade e ampla publicidade das informações geradas.
Transparência das informações da dívida limitada ao estoque e serviço, consolidados nas publicações dos Relatórios Contábeis (bimestral e quadrimestral).	Transparência ativa das informações da dívida, com um maior nível de detalhamento e atualizações automatizadas.

*Fonte: Diretoria Central de Gestão da Dívida Pública –DCD/SCGOV*

*ANEXO XXVI – Transparência da Dívida Pública obtém nota máxima no ITCF – Artigo Publicado no Fazenda Notícia – Intranet SEF/MG.*

DÚVIDAS FREQUENTES FAÇA CONTATO

FAZENDA EM NOTÍCIA SAIF SUFIS SUTRI NÚCLEO DO CRÉDITO SCAF SCCG SCGOV SGF

/ Informativo / FAZENDA EM NOTÍCIAS / GESTÃO E FINANÇAS /

## Transparência da dívida pública obtém nota máxima no ITCF

*Resultado positivo desse quesito coloca Minas Gerais em quarto lugar na avaliação geral do índice*

Publicado em: 20/07/2015 | 11:47

Enviar Imprimir



A transparência na divulgação dos dados da dívida pública de Minas Gerais rendeu nota máxima no Índice de Transparência e Cidadania Fiscal (ITCF), criado e medido pelo Conselho Nacional de Política Fazendária (CONFAZ), em conjunto com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID).

As informações - como a evolução do estoque e do serviço da dívida pública fundada estadual, os limites de endividamento e as operações de crédito em fase de contratação - são geradas pela Superintendência Central de Governança de Ativos e da Dívida Pública (SCGOV), cujo site foi migrado para o Portal da Transparência do Estado, em janeiro deste ano. Assim, qualquer cidadão pode ter acesso a todos os dados, iniciativa inédita no país, conforme destaca o superintendente Osmar Teixeira de Abreu.

Anteriormente, as publicações só estavam disponíveis no Relatório de Gestão Fiscal (quadrimestral) e no Relatório Resumido de Execução Orçamentária (bimestral), e continham apenas o estoque da dívida e o valor total das despesas da dívida em cada período. Portanto, foi a primeira avaliação do ITCF desde que o site da dívida pública migrou para o Portal da Transparência. E a nota máxima no quesito dívida pública foi essencial para a avaliação geral de Minas Gerais - quarto lugar - no ITCF.

Osmar Abreu, que é superintendente da SCGOV desde 2011, conta que foi construindo ao longo do tempo com a sua equipe esse modelo de portal, promovendo mudanças de processos e sistemas. Para isso, teve parceria fundamental da Superintendência de Tecnologia da Informação (STI). Hoje, o Portal da Dívida Pública é atualizado praticamente em tempo real, à medida que os dados são gerados. "Essa foi uma grande conquista. Além do público externo, o secretário e o secretário-adjunto de Fazenda, os subsecretários e outros servidores estratégicos têm total acesso. A transparência é máxima, e foi isso que chocou na avaliação do ITCF", comemora o superintendente.

O Portal da Dívida Pública traz informações de contratos firmados; estoque da dívida; legislação; serviço (o que se paga, como amortizações, juros, comissões e outros encargos); cronograma financeiro; arrecadações; orçamento; operações a contratar e garantias a terceiros. Todos esses itens são amplamente detalhados.

*Fonte: Intranet SEF/MG – Publicações Fazenda em Notícia*

## REFERÊNCIAS

BRASIL. Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011. *Regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II, do § 3º, do art. 37, e no § 2º, do art. 216 da Constituição Federal*. Diário Oficial, Brasília, DF, 18 nov. 2011. Pag. 1.

CONTROLADORIA GERAL DA UNIÃO. *Manual da Lei de Acesso à Informação para Estados e Municípios*. 1ª ed., Brasília, DF, 2013.

INTERNATIONAL MONETARY FUND AND THE WORLD BANK. *Revised Guidelines for Public Debt Management*. Washington, DC, 2014.

MINAS GERAIS. Decreto nº 45.780, de 24 de novembro de 2011. *Dispõe sobre a organização da Secretaria de Estado de Fazenda*. Belo Horizonte, MG, 25 nov. 2011. Pag. 2, Col. 1.

MINAS GERAIS. Decreto nº 45.969, de 24 de maio de 2012. *Regulamenta o acesso à informação no âmbito do Poder Executivo*. Minas Gerais, Belo Horizonte, MG, 25 mai. 2012. Pag. 1, Col. 1.

MINAS GERAIS. *Portal da Transparência do Estado de Minas Gerais*. Disponível em: <<http://www.transparencia.mg.gov.br/>>. Acesso em 27 de junho de 2017.

PMI. *Um Guia do Conhecimento em Gerenciamento de Projetos – Guia PMBOK*. 4ª ed., EUA, Project Management Institute, 2008.

SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL. *Dívida Pública: A experiência Brasileira*. Brasília, DF, 2009.